

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

**A Ação Integralista Brasileira em Itapetcerica/MG (1936-1939): repressão
policial e representações**

Lauren Soledad Rial Araújo

Belo Horizonte

2014

Lauren Soledad Rial Araújo

**A Ação Integralista Brasileira em Itapeçerica/MG (1936-1939): repressão
policial e representações**

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História como critério para aprovação no curso de Especialização em Culturas Políticas, História e Historiografia.

Orientador: Prof. Dr. Ely Bergo de Carvalho

Belo Horizonte

2014

Monografia intitulada “A Ação Integralista Brasileira em Itapeçerica/MG (1936-1939): repressão policial e representações”

Autoria de Lauren Soledad Rial Araújo, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Ely Bergo de Carvalho- Orientador

Prof. Dra. Anna Flavia Arruda Lanna Barreto

Prof. Me. Ricardo Moreira Figueiredo Filho

Agradecimentos

Mais um desafio conquistado. Não foi fácil, mas com certeza sem o apoio de pessoas importantes para mim, seria muito mais difícil!

Agradeço aos meus pais Nivaldo e Tânia e ao meu irmão Gregory que sempre me incentivaram a prosseguir nos estudos. E também a toda minha família pelo carinho!

Agradeço muito ao Charles que durante o ano todo esteve ao meu lado, vivenciando minhas muitas preocupações com a pesquisa. Obrigada pelo carinho e por tornar meu caminho mais leve!

Às amigas: Débora Rocha, Mariana Teixeira, Melina Souza e Sílvia Coelho por me ajudarem com dicas e sugestões para o trabalho. A ajuda de vocês foi essencial para a realização do mesmo! A todas as minhas amigas que, mesmo distantes fisicamente, estão presentes em todos os momentos!

À professora Miriam Hermeto de Sá Motta e ao professor e orientador Ely Bergo de Carvalho, pela ajuda também essencial, desde a escrita do projeto à conclusão da pesquisa. Agradeço também a todos os professores do curso pelo aprendizado proporcionado!

Muito obrigada a todos!

A história humana não se desenrola apenas nos campos de batalha e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais, entre plantas e galinhas; nas ruas de subúrbio, nas casas de jogo, nos prostíbulos, nos colégios, nas ruínas, nos namoros de esquina. Disso quis eu fazer a minha poesia, dessa vida obscura e injustiçada, porque o canto não pode ser uma traição à vida, e só é justo cantar se o nosso canto arrasta consigo as pessoas e as coisas que não têm voz. (Ferreira Gullar)¹

¹ In: PASCHE, Marcos. Um poeta no fim do túnel. Artigo publicado no site da Revista de História da Biblioteca Nacional em 08/01/2009.

RESUMO

O trabalho apresenta a pesquisa realizada nos arquivos do DOPS/MG sobre a repressão policial ao núcleo da Ação Integralista Brasileira (AIB) da cidade de Itapecerica/MG entre os anos de 1936-1939. Este período foi marcado pela implantação do regime ditatorial de Getúlio Vargas, o Estado Novo (1937-1945), que teve como uma de suas diretrizes a manutenção da ordem no país e o combate aos elementos que a subvertessem. O objetivo da pesquisa foi compreender, com base na análise das fontes documentais, as possíveis representações dos agentes de polícia locais sobre os militantes integralistas da cidade, ou seja, as construções subjetivas que tais agentes fizeram sobre o movimento integralista e que refletem seus pontos de vista e a realidade em questão. As fontes documentais indicaram que houve repressão aos integralistas de Itapecerica, porém nas relações entre eles e as delegacias de polícia, havia indícios de cooperação. Tal cooperação pode ser explicada pela dinâmica política da cidade que se baseava na construção de relações de amizade e parentesco.

Palavras-chave: Ação Integralista Brasileira; Minas Gerais; Estado Novo; Repressão; Representações.

ABSTRACT

This work shows the research realized at the archives of DOPS/MG about police repression against Ação Integralista Brasileira (AIB) from Itapecerica/MG between 1936 and 1939. That period was marked to the dictatorship implantation from Getúlio Vargas, characterized as New Estate (1937 – 1945), each wanted to get the order in the country and battle from who disagree to its pattern. The goal of this research was to understand, based on reviewing official documents, the possible representations from the local policemen about the integralist military from the town, it means, the subjective buildings that those policemen did about integralist movement and that reflects their point of view and the reality here analyzed. The official documents indicate a repression to the integralists from Itapecerica, but on their relationship to the police station, had evidences of cooperation. This cooperation can be explained by the dynamic politic of the town that was based on the friendly and familiar relationships.

Key-words: Ação Integralista Brasileira; Minas Gerais; New Estate; Repression; Representations.

Sumário

INTRODUÇÃO	7
1. - O ESTADO NOVO E A AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA	13
1.1 – CONTEXTO HISTÓRICO: O ESTADO NOVO E SUAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS	13
1.2 – O ESTADO NOVO E O IMAGINÁRIO DA DESORDEM.....	16
1.3 – A AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA (1932-1939)	19
1.4 – A HISTORIOGRAFIA DO INTEGRALISMO.....	23
2. - A DINÂMICA POLÍTICA DE ITAPECERICA NO INÍCIO DO SÉCULO XX E AS FONTES DE PESQUISA DO DOPS/MG.....	24
2.1 – A FUNDAÇÃO DA CIDADE DE ITAPECERICA	24
2.2 – A DINÂMICA POLÍTICA DE ITAPECERICA NO INÍCIO DO SÉCULO XX	25
2.3 – AS FONTES DE PESQUISA: O ARQUIVO DO DOPS MG	31
3. - A REPRESSÃO POLICIAL À AIB EM ITAPECERICA ENTRE 1936 E 1939 E AS REPRESENTAÇÕES DAS DELEGACIAS DE POLÍCIA LOCAIS.....	33
3.1 – AS RELAÇÕES ENTRE O ESTADO NOVO E A AIB: ENTRE REPRESSÃO E COLABORAÇÃO	33
3.2 – O NÚCLEO INTEGRALISTA DE ITAPECERICA	36
3.3 – A REPRESSÃO POLICIAL À AIB EM ITAPECERICA E AS REPRESENTAÇÕES SOBRE O INTEGRALISMO	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	45

INTRODUÇÃO

Em um contexto histórico marcado pela ascensão do nazi fascismo na Europa, e no Brasil pela ascensão de Getúlio Vargas ao poder, surgiu, em 1932, um movimento político de cunho nacionalista, antiliberal e anticomunista. Seu lema era “Deus, Pátria e Família” e seu objetivo era transformar o Brasil por meio de uma ideologia baseada nesse lema. Rapidamente o movimento fortaleceu-se e ampliou-se, e tornou-se a mais importante organização de direita do país, pelo seu grande alcance nacional e por sua participação política nos poucos anos em que atuou. (MAIO; CYTRYNOWICZ, 2003, p. 42) Falamos da Ação Integralista Brasileira (AIB).

A AIB conquistou milhares de adeptos e fundou núcleos por todo o país; inclusive, em Minas Gerais. Porém, segundo Santana (2006), até recentemente existiam poucos trabalhos acadêmicos voltados para o estudo da AIB em cidades mineiras (SANTANA, 2006, p. 85). A recente abertura dos arquivos do Dops/MG significou um impulso para novas pesquisas sobre o integralismo em Minas Gerais.

O interesse em estudar a AIB nos levou a consultar o acervo do Arquivo Público Mineiro onde encontramos fontes produzidas pela Delegacia de Ordem Pública de Minas Gerais (Dops/MG) sobre a Ação Integralista Brasileira em várias cidades mineiras. Como atestou Santana (2006), verificamos com a consulta ao arquivo, que o acervo é composto por cerca de 250.000 imagens do período de 1927 a 1979. E nele encontramos materiais produzidos pela polícia política, como correspondências, telegramas, listas de membros integralistas, termos de apreensão, recortes de jornais. Verificamos também a ocorrência de materiais apreendidos que foram produzidos pelos integralistas: carteiras do partido, fotografias, listas de militantes, folhetos e jornais da AIB, panfletos e cartazes de propaganda. (SANTANA, 2006, p. 89)

Nesse acervo encontramos uma documentação produzida sobre o núcleo integralista da cidade mineira de Itapeverica. Esses documentos encontram-se digitalizados no Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro (SIAAPM), na pasta nº 4675, rolo nº 68, intitulada “Itapeverica – Integralismo” e foram produzidos entre os anos de 1936 a 1939. Este período define o recorte temporal da nossa pesquisa; pois, abrange o período de fundação e fechamento do núcleo integralista de Itapeverica e contém documentação produzida sobre o mesmo até 1939.

A metodologia de pesquisa das fontes consistiu na leitura e fichamento de todos os 49 documentos que compõem a pasta – e posterior análise dos mesmos. Neste processo, atentamo-nos para os cuidados que devem ser tomados com relação aos processos criminais, assim como às fontes policiais. Em primeiro lugar, há a questão central da pesquisa do acervo policial, aqui bem resumida por Beatriz Kushnir, com relação à regulamentação do acesso à informação:

Como se vê, trata-se de uma questão delicada, em que limites tênues parecem separar o que deve ser permitido e o que deve ser considerado ilegal; o que é público para o corpo social e o que fere a dimensão privada da história privada de cada cidadão. Esse é o aspecto central de discussão quando se tem um acervo policial como fonte de pesquisa. Assim, os pesquisadores se encontram em uma encruzilhada: por um lado dependem da informação produzida pelo Estado que – sob a égide da segurança da nação – se acha no direito de “conhecer” os atos de seus cidadãos; por outro se acham limitados em suas pesquisas pelas pessoas alvo dessa vigilância, que desejam preservar sua vida pessoal, sua intimidade e honra. (KUSHNIR, 2006, p. 46)

Assim como Giselda Brito Silva (2008), que pesquisou as fontes do Dops/PE, nossa crítica às fontes se constituiu não apenas pelos dados presentes nos documentos, mas também pelos aspectos possivelmente ocultos dos mesmos:

Quem constitui as fontes? Para quê? O que expressam? O que dizem, o que não dizem? Em nosso caso, temos as fontes da DOPS-PE, documentos produzidos por investigadores, delegados, chefes de seções, secretários de segurança pública e informantes. São fontes produzidas no cotidiano policial no cotidiano de identificação de repressão aos suspeitos e inimigos do regime autoritário de Vargas. São, portanto, documentos que mais escondem do que revelam. (SILVA, 2008, p. 327)

Ou seja, foi de suma importância observar as contradições, incoerências, construções ou ficções que constituem efetivamente as fontes, em especial, as fontes criminais. E a partir disso, “tentar compreender como se produzem e se explicam as diferentes versões que os diversos agentes sociais envolvidos apresentam para cada caso.” (CHALHOUB, 2001, p. 40).

Sidney Chalhoub, ao escrever sobre a pesquisa em processos criminais, pontua que: “Só porque existem versões ou leituras divergentes sobre as coisas ou fatos é que se torna possível ao historiador ter acesso às lutas e contradições inerentes a qualquer realidade social.” (CHALHOUB, 2001, p. 40) E definiu a difícil tarefa do historiador de compreender os atos e representações que “expressam, ao mesmo tempo em que produzem, estas diversas lutas e contradições sociais”. (CHALHOUB, 2001, p. 42)

Com base nas fontes da pasta nº 4675 do Dops/MG, pretendemos investigar as possíveis representações das delegacias de polícia de Itapeverica sobre a AIB, por meio da análise de suas ações de repressão. É necessário salientar que aqui pensamos a delegacia como um lugar social, composto por indivíduos munidos de suas próprias visões de mundo, ou seja, os indivíduos inseridos nesse lugar social podem ter pensamentos semelhantes sobre determinado objeto, bem como pensamentos divergentes. Portanto, não pretendemos homogeneizar as representações das delegacias sobre os integralistas, mas pensar, através do que nos revelam as fontes, nas diversas representações construídas a partir das relações estabelecidas entre o delegado e seus subordinados junto ao núcleo integralista de Itapeverica.

Temos como referencial teórico metodológico o conceito de representações, que faz parte de uma nova maneira de pesquisar a História Política, baseada no conceito de Culturas Políticas. O conceito de Culturas Políticas, criado na década de 1960, utiliza outras dimensões para estudar a política e o poder; como o cotidiano, as representações e os imaginários de um grupo ou de uma sociedade específicos. Este conceito foi construído a partir das inovações produzidas pela nova História Cultural.²

Definir o conceito de culturas políticas é uma tarefa complexa, pois além de multidisciplinar, ele estuda as dimensões subjetivas dos fenômenos políticos, como crenças, comportamentos, representações, imaginários e atitudes que dão significado aos fenômenos políticos. Para isso o conceito abrange as perspectivas sociológica, antropológica e psicológica. (KUSCHNIR; CARNEIRO, 1999. P. 227)

Aliado ao conceito de culturas políticas há o estudo das representações, conceito também complexo de se definir. O termo é ambíguo, conforme explica Roger Chartier: “(...) de um lado, a representação manifesta uma ausência, o que supõe uma clara distinção entre o que representa e o que é representado; de outro, a representação é a exibição de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa.” (CHARTIER, 2002, p. 74).

Ou seja, a representação pode significar a apreensão de um conhecimento sobre determinado contexto social; a reapresentação de um objeto ausente por uma imagem ou símbolo; e os diversos tipos de apreensão de um objeto ou fato (FALCON, 2000, p. 45). Neste caso, utilizaremos a dimensão que define a representação como fruto de uma construção

² A Nova História Política surgiu em meados da década de 1980 com a proposta de estudar o “poder nas suas outras modalidades (que incluem também os micro poderes presentes na vida cotidiana, o uso político dos sistemas de representações, e assim por diante)”. (BARROS, 2005, p. 128/129) Ou seja, o objeto de estudo passou a ser as massas ou os indivíduos, atravessados de alguma forma sobre o poder, diferentemente de outras abordagens, cujo foco era a política dos grandes Estados.

subjetiva a respeito de um fato ou um objeto e que reflete o ponto de vista daquele que a relata. Ela é uma reconstituição de um contexto a partir de determinada visão de determinado sujeito ou instituição. Esta construção é feita a partir da associação de formas de percepção, classificação e julgamento; de símbolos e a escolha de um representante – como um líder, por exemplo. (SILVA, 2000, p. 83)³.

A representação torna-se uma abstração analisada pelo pesquisador, sendo seu papel mediar as investigações para descobrir se aquela representação é/era real ou não.⁴ Neste sentido, há uma divergência entre o realismo – que afirma que a existência do conhecimento verdadeiro é possível –, e o relativismo – que nega a existência da realidade –, ou seja, que esta seria apenas uma convenção. Há também a possibilidade de considerar o realismo e o relativismo simultaneamente para compreender determinado contexto.

Assim, o conceito de representação trabalha com a subjetividade e não busca a verdade absoluta, como a história positivista do século XIX. Trabalhamos com as visões de mundo e as percepções dos atores sociais sobre determinada situação. Chartier aponta para uma superação entre a história que trabalha com a objetividade das estruturas e a história que trabalha com a subjetividade das representações:

(...) considerar os esquemas geradores dos sistemas de classificação e de percepção como verdadeiras “instituições sociais”, incorporando sob a forma de representações coletivas as divisões da organização social (...) mas também considerar, corolariamente, essas representações coletivas como as matrizes de práticas que constroem o próprio mundo social (...) (CHARTIER, 2002, p. 72)

Dessa forma, utilizaremos o conceito de representações como sistemas de interpretação do meio social, ou seja, como um conjunto de informações, opiniões e crenças construído dialeticamente, que os indivíduos acumulam sobre determinado objeto (SILVA, 2000, p. 86). No caso de nossa pesquisa, as informações produzidas pelo Dops/MG e pela delegacia de polícia de Itapecerica sobre a Ação Integralista Brasileira, poderão nos dar indícios sobre a percepção das delegacias com relação ao núcleo integralista e sobre as relações entre ambos. Procuraremos entender se para a delegacia os integralistas representavam uma ameaça à ordem pública ou se havia cooperação entre eles.

³ Helenice Rodrigues Silva (2000) caracteriza três dimensões que constituem a realidade social: representações coletivas, formas simbólicas e delegação, respectivamente.

⁴ Falcon aponta para uma crise da representação no século XX pelo fato de que esta deixou de lado a busca pela objetividade, pelo real. O mundo é uma imagem que temos dele, e não uma verdade científica. (FALCON, 2000, p.47)

O conceito de imaginário também será abordado no trabalho, como referencial metodológico secundário. Conceito também complexo de ser definido, o imaginário é formado por símbolos, mitos e pela imaginação. Para estudarmos as possíveis representações da polícia política sobre o Integralismo em Itapecerica, é necessário entendermos um imaginário que havia no período em questão: o imaginário da desordem, marcado pela ideia de que o país passava por um momento de desordem social. Consideramos que as representações, assim como as ideologias, estão ligadas ao imaginário:

Neste esquema conceitual a ideologia e as representações sociais aparecem como uma das formas de funcionamento oriundas do imaginário, sendo resultado de um processo de racionalização, mas permeado de componentes míticos e imaginais. Ela localiza-se principalmente no campo semiótico (do signo), agindo como uma visão de mundo coerente e racional. Postula-se, entretanto, que os componentes imaginais e míticos (simbólicos) sejam responsáveis pelo papel integrador reunindo o pensamento, o sentimento e a ação do sujeito em um todo coerente tanto no campo racional como no campo afetivo. Isto é possibilitado pela função transcendente dos símbolos presentes nos componentes míticos e imaginais da ideologia e da representação social. (SERBENA, 2003, p. 9)

O imaginário, segundo Backzo (1985), além de ser uma das formas reguladoras da vida, é apropriado e construído pelos indivíduos. Ele não é apenas uma maneira de interpretação da realidade, mas contribui para a construção da mesma:

A potencia unificadora dos imaginários sociais é assegurada pela fusão entre verdade e normatividade, informações e valores, que se opera no e por meio do simbolismo. Com efeito, o imaginário social informa acerca da realidade, ao mesmo tempo que constitui um apelo a acção [sic], um apelo a comportar-se de determinada maneira. Esquema de interpretação, mas também de valorização, o dispositivo imaginário suscita a adesão a um sistema de valores e intervém eficazmente nos processos da sua interiorização pelos indivíduos, modelando os comportamentos, capturando as energias e, em caso de necessidade, arrastando os indivíduos para uma acção [sic] comum. (BACZKO, 1985, p.311)

A delimitação da cidade de Itapecerica como recorte espacial do trabalho se justifica pelo fato de não haver pesquisas sobre a Ação Integralista Brasileira nesta cidade. Além disso, o trabalho pretende, ao iniciar as pesquisas sobre o integralismo em Itapecerica, contribuir para a construção da historiografia do movimento em Minas Gerais. Para isso, consideramos a abordagem da História Regional ou História Local, que, resumidamente, propõe o seguinte:

A História Local – ou História Regional, como passaria a ser chamada com um sentido um pouco mais específico – surgia precisamente como a possibilidade de oferecer uma iluminação em detalhe de grandes questões econômicas, políticas, sociais e culturais que até então haviam sido examinadas no âmbito das nações ocidentais. (BARROS, 2005, p. 108)

Ou seja, o recorte espacial baseado em uma cidade pretende estudar um movimento de âmbito nacional, no caso a Ação Integralista Brasileira, em um espaço singular, a cidade de Itapecerica. A História Regional busca então:

(...) estudar especificamente este espaço, ou as relações sociais que se estabelecem dentro deste espaço, mesmo que eventualmente pretenda compará-lo com outros espaços similares ou examinar, em algum momento de sua pesquisa, a inserção do espaço regional em um universo maior (...) (BARROS, 2004, p.153)

No primeiro capítulo, contextualizaremos historicamente o tema, por meio das principais características do Estado Novo e do imaginário da desordem que existia no período em questão. Também abordaremos o histórico da Ação Integralista Brasileira, desde sua fundação até sua derrocada e os estudos sobre o movimento integralista. O segundo capítulo será dedicado à cidade de Itapecerica, onde veremos um pouco sobre a fundação da cidade durante o período colonial e a dinâmica política da mesma em meados da década de 1930. Neste capítulo também descreveremos as fontes utilizadas na pesquisa. E o terceiro capítulo tratará do tema especificamente: as representações da polícia política de Itapecerica sobre a AIB. Iniciaremos com as ações de repressão do Estado Novo sob os integralistas de modo geral para entendermos melhor as relações entre eles; e encerraremos com a problematização do tema central da pesquisa.

1. - O ESTADO NOVO E A AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA

1.1 – CONTEXTO HISTÓRICO: O ESTADO NOVO E SUAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

No início da década de 1930, o Brasil vivia um período de crise política e econômica. A crise do café – desencadeada pela quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, e pela Primeira Guerra Mundial – contribuiu para o enfraquecimento da República Velha⁵, dominada pelo poder político das oligarquias cafeeiras desde a Proclamação da República em 1889.

A Revolução de 1930 representou, segundo a periodização da História do Brasil, o fim deste período político. O presidente Washington Luís foi deposto com um golpe militar, que entregou a presidência ao candidato da Aliança Liberal derrotado nas eleições, Getúlio Vargas. Logo, Getúlio implantou o Governo Provisório e iniciou sua política centralizadora que culminaria no golpe de estado de 1937, que deu início ao governo ditatorial, conhecido como Estado Novo.

No Governo Provisório (1930-1934), Vargas acabou com a autonomia dos estados, o que levou à insatisfação das elites paulistas e à Revolução Constitucionalista de 1932⁶. Vargas convocou então a Assembleia Constituinte para elaborar a nova Constituição do país e para que uma eleição fosse realizada. Além disso, algumas inovações foram instituídas como: o voto secreto, a justiça eleitoral e o direito de voto para as mulheres. A Constituinte elegeu Getúlio Vargas para presidente, por meio do voto dos deputados eleitos por representação classista. Segundo José Murilo de Carvalho (2013), esta forma de votação foi realizada para reduzir a influência das oligarquias no Congresso.

Em um cenário ideológico marcado por debates entre as correntes liberais e antiliberais, as quais eram compostas por grupos nacionalistas diversos, havia desde 1935, devido à tentativa de levante comunista ocorrido naquele mesmo ano⁷, discussões sobre a criação de um projeto de lei de segurança nacional (CAPELATO, 2003, p. 116). A agitação

⁵ A República Velha ou Primeira República (1889-1930) foi instaurada a partir da Proclamação da República em 1889. Foi introduzida a federação no Brasil, o que representou a descentralização dos governos estaduais perante o governo central. As eleições de presidentes de estado e prefeitos, marcadas pelas práticas eleitorais fraudulentas, aproximou as elites locais do governo, o que contribuiu para a formação de sólidas oligarquias estaduais e seus partidos únicos. A Primeira República ficou conhecida como “república dos coronéis”, devido às alianças dos chefes locais com os presidentes dos estados em prol de seus interesses políticos. (CARVALHO, 2013, p.38-45)

⁶ Segundo José Murilo de Carvalho a revolta, que durou três meses, foi a mais importante guerra civil brasileira do século XX. Os paulistas queriam o fim do governo Vargas e a convocação da Assembleia Constituinte. Também lutavam contra o tenentismo e pela autonomia dos estados. (CARVALHO, 2013, p. 100/101.)

⁷ Denominada Intentona Comunista, o levante foi realizado pela Aliança Nacional Libertadora contra o governo Vargas, ocorrido em novembro de 1935 e baseado em ações militares.

social ameaçava a ordem e apenas o texto constitucional não seria suficiente para o controle. Então, sob a ameaça comunista, descrita no Plano Cohen,⁸ o estado de sítio foi decretado pelo Congresso, que meses depois foi dissolvido por Vargas ao implantar o Estado Novo.

O regime ditatorial implantado pelo golpe de Estado de 1937 é denominado Estado Novo e perdurou até 1945. Com a implantação deste regime, uma nova constituição foi outorgada e uma de suas principais medidas foi a abolição dos partidos políticos e do Congresso. O poder executivo federal passou a intervir diretamente no governo dos estados através da nomeação de interventores para os mesmos. Além disso, houve uma política de censura, vigilância e repressão contra aqueles que representassem uma ameaça ao regime.

No plano econômico, o objetivo era “superar o atraso e transformar o Brasil num país desenvolvido” (CAPELATO, 2003, p. 119) através da industrialização, do desenvolvimento do mercado interno e da intervenção direta do Estado:

O governo voltou as atenções para o mercado interno; aboliu os impostos interestaduais, introduzindo um sistema tributário padronizado, para facilitar a sua integração. Procurou estimular o desenvolvimento das indústrias através de um sistema de substituição de importações que implicava o incentivo à utilização da capacidade ociosa das indústrias já existentes no país. (CAPELATO, 2003, p. 119)

O Estado Novo criou uma legislação trabalhista que representou um avanço nos direitos sociais (CARVALHO, 2013, p. 87), como a instituição do salário mínimo, férias, regulamentação das horas de trabalho, carteira de trabalho, entre outras. Porém, segundo Capelato, a relação entre os trabalhadores e o governo era complexa, afinal este supervisionava as atividades dos sindicatos:

Para alguns autores, a atuação de Vargas foi benéfica para os trabalhadores, mas outros salientam o caráter autoritário dessa política que resultou na impossibilidade de atuação independente desse setor social. Os dois lados devem ser levados em conta para a compreensão desse fenômeno. (CAPELATO, 2003, p.121)

Segundo José Murilo de Carvalho, o Estado Novo foi um regime ditatorial que combinava repressão com paternalismo: “As manifestações políticas eram proibidas, o governo legislava por decreto, a censura controlava a imprensa, os cárceres se enchiam de inimigos do regime.” (CARVALHO, 2013, p. 109)

Além de todas estas medidas, o governo se preocupava muito com a legitimação do regime, pelo fato deste ser voltado para as massas. Segundo Eliana Dutra (2012), antes do

⁸ Documento forjado por oficiais integralistas que descrevia um suposto plano comunista para derrubar o governo Vargas.

advento do Estado Novo fora criado o Departamento de Imprensa e Propaganda, que produzia material de propaganda que enaltecia o poder e também era responsável pela produção artística em geral. Através de símbolos e imagens, a pátria era enaltecida assim como o novo regime que era abordado como democrático e representativo do povo através do Chefe de Estado. Diante da ameaça comunista, em 1936, Getúlio Vargas ao proferir um discurso utilizou a preservação da pátria como justificativa para a adoção de medidas antidemocráticas. Também afirmou a importância da família e da religião para a construção da nacionalidade. De modo geral, no país, havia uma preocupação com a construção de uma identidade nacional coletiva. E pontua:

A existência de um forte investimento afetivo na ideia de pátria se presentifica tanto no discurso anticomunista e no discurso de diferentes segmentos de poder que participavam do engendramento da ordem totalitária em construção, como no discurso dos comunistas que defendem um projeto de revolução. (DUTRA, 2012, p. 139)

Ou seja, além de ser um objetivo do próprio governo, grande parte da população compartilhava do desejo de construir uma sociedade unificada, indivisa e homogênea. Dessa forma, segundo Dutra, o imaginário político da década de 1930 foi marcado pela ideologia totalitária⁹ que, para o alcance deste objetivo “advoga um controle social que normalize, uniformize e totalize o conjunto da vida social em nome de um valor dominante que pressupõe a identificação entre o público e o privado, o Estado e a sociedade civil (...)” (DUTRA, 2012, p. 24).¹⁰

Compartilhavam deste imaginário totalitário, diversos grupos sociais de cunho político, religioso e intelectual. Os quatro pilares discursivos e estratégicos da ordem proposta pelo Estado e por outros grupos eram: anticomunismo, trabalho, pátria e moral:

A partir destes quatros pilares, espalhou-se pelo todo social um conjunto de práticas, normas e valores que confluíam para a preservação da ordem e da estabilidade social; para o controle das diferenças sociais; para o enquadramento do mundo do trabalho; para a racionalização do poder, unificando numa perspectiva totalitária empresários, integralistas, Igreja, parlamentares, chefes de governo, burocracia estatal, intelectuais, imprensa. (DUTRA, 2012, p. 25)

⁹ Aqui o conceito de totalitarismo converge com o conceito definido por Eliana de Freitas Dutra (2012): totalitarismo como uma ideologia que sustenta a imagem de uma sociedade unificada, indivisa e homogênea e que utiliza o controle social para que isso seja alcançado.

¹⁰ É importante ressaltar que não pretendemos discutir se o Estado Novo foi um regime totalitário ou não, e também que não homogeneizamos o imaginário da época como totalitário. Em nossa pesquisa vamos considerar o imaginário totalitário e suas características aqui citadas como uma das percepções de mundo do período, cuja importância é relevante para o estudo do tema em questão: as representações construídas pelas delegacias de polícia sobre a Ação Integralista Brasileira em Itapeverica.

Foi neste contexto que surgiu a Ação Integralista Brasileira, movimento político e social de viés direitista, que utilizava estes aspectos em seu discurso, como veremos neste capítulo.

1.2 – O ESTADO NOVO E O IMAGINÁRIO DA DESORDEM

Conforme discutimos anteriormente, durante a década de 1930, diversos grupos sociais e políticos compartilhavam de um imaginário totalitário. Nesta concepção, havia no Brasil, uma crise causada pela irracionalidade e por um movimento de desordem no campo, na cidade, na política, na cultura. Este quadro foi identificado e utilizado em discursos diversos. (DUTRA, 2012, p. 207)

Como exemplo temos o discurso integralista, analisado por Marilena Chauí (1978), que era marcado pela ideia da crise e de como solucioná-la. Este discurso pregava que a autoridade deveria ser retomada, o Brasil deveria ser unificado, o comunismo e o materialismo deveriam ser combatidos. O comunismo era identificado por vários grupos como o sinônimo da desordem. “Caos, anarquia, abismo e dissolução” (DUTRA, 2012, p. 209) eram características apontadas sobre o comunismo e compunham o imaginário da desordem.

O objetivo do governo – de demais agentes sociais e políticos – era combater a desordem. Isso deveria ser feito primeiramente pela manutenção da hierarquia, ou seja, o poder político caberia apenas a uma elite intelectual. De maneira semelhante pensavam os integralistas que, além de manter uma intensa hierarquização em sua estrutura organizacional, composta por diversos cargos, funções e departamentos específicos como nos mostra Cavalari (1999), também compartilhavam da ideia de que um grupo específico deveria conduzir as massas:

Esse papel incumbe às elites intelectuais. Cabia a elas o papel de guiar e conduzir esse povo-criança. Somente através da mobilização das forças intelectuais e morais da nacionalidade poderemos impor unidade moral, unidade econômica e unidade política a esta triste sociedade do nosso país (...) (SALGADO, Plínio. *Psicologia da Revolução*, p. 183 *apud*: CAVALARI, 1999, p. 45.)

Somada à hierarquia havia a ideia da manutenção da autoridade¹¹, que saciava a necessidade de disciplina, que mantinha a estabilidade da ordem. Estabilidade esta que só seria alcançada através da valorização da família, da propriedade, da lei e do cristianismo.

Para solucionar a crise da autoridade, e concomitantemente a crise da ordem, o poder central deveria ser fortalecido através da burocratização, ou seja, medidas como: o estado de sítio, o estado de guerra, a criação do Tribunal de Segurança Nacional, a ampliação da Lei de Segurança Nacional e a mobilização da polícia nos estados (DUTRA, 2012, p. 217).

Dessa forma, temos a justificativa para a implantação do Estado Novo: “O Estado Novo surge, assim, no discurso governamental, para pôr termo à crise de autoridade e à dispersão aterrorizante, provocada pelas disputas sociais, pelos interesses divergentes, pela oposição de classes” (DUTRA, 2012, p. 218). Nesse período de crise, os partidos políticos deveriam ser suprimidos, pois subvertiam a hierarquia, ameaçavam a unidade da pátria e colocavam em perigo a existência da Nação, devido à competição extrema que causavam nas eleições. (DUTRA, 2012, p. 221)

A burocratização do Estado e a repressão aos inimigos da Nação foram sistematizadas pela Constituição de 1937, fruto da não satisfação de Vargas com o aparato legal da Lei de Segurança Nacional¹². Esta lei foi reforçada com a criação do Tribunal de Segurança Nacional¹³ de acordo com a Constituição.

¹¹ Aqui o conceito de autoridade é o mesmo utilizado por Eliana Dutra. A autoridade pode “constituir-se em pessoas, instituições e organizações, bem como atuar através de normas de conduta, usos e costumes estabilizados no tempo.” E pressupõe obediência à ordem. (DUTRA, 2012, p. 214)

¹² A Lei de Segurança Nacional, promulgada em 4 de abril de 1935, definia crimes contra a ordem política e social. Sua principal finalidade era transferir para uma legislação especial os crimes contra a segurança do Estado, submetendo-os a um regime mais rigoroso, com o abandono das garantias processuais. Nos anos seguintes à sua promulgação foi aperfeiçoada pelo governo Vargas, tornando-se cada vez mais rigorosa e detalhada. Em setembro de 1936, sua aplicação foi reforçada com a criação do Tribunal de Segurança Nacional. (Fonte: CPDOC-FGV)

¹³ Tribunal de exceção instituído em setembro de 1936, subordinado à Justiça Militar. Era composto por juízes civis e militares escolhidos diretamente pelo presidente da República e deveria ser ativado sempre que o país estivesse sob o estado de guerra. Com a implantação da ditadura do Estado Novo, em novembro de 1937, o TSN deixou de se subordinar ao Superior Tribunal Militar e passou a desfrutar de uma jurisdição especial autônoma. Ao mesmo tempo, tornou-se um órgão permanente. Nesse período passou a julgar não só comunistas e militantes de esquerda, mas também integralistas e políticos liberais que se opunham ao governo. (Fonte: CPDOC-FGV)

A Constituição de 1937 permitiu que Getúlio Vargas tivesse plenos poderes, inclusive para reprimir os inimigos da ordem. Vejamos alguns aspectos que indicam o caráter ditatorial desta Constituição:

Consequentemente, ele [Getúlio Vargas] se concedia poderes ditatoriais e considerava aconselhável: fechar o Congresso, proclamar todos os partidos políticos obsoletos, prolongar seu mandato até 1943, ou mais além, anular os direitos civis (particularmente os que envolviam crítica ao governo), promulgar a pena de morte, formalizar a censura e exigir que um de seus retratos estivesse sempre à mostra em todo e qualquer lugar público. (ROSE, 2001, p. 150)

Com relação aos crimes contra a ordem política e social, a Lei de Segurança Nacional, procurou punir qualquer tipo de manifestação de pensamento, de organização de associações, circulação de informações. Como exemplo, temos a proibição de incitação a paralisações e greves, distribuição de impressos sem autorização, organização de sociedades que modificassem a ordem política e social assim como de partidos políticos, a demissão de funcionários públicos ligados a organizações associativas e partidos.

A promulgação desta Constituição deu legitimidade ao Estado Novo, pois a lei racionalizou a autoridade e legitimou a violência. No imaginário da crise e do combate à mesma através da restauração da ordem, permeava a lei, pois ela chegava a todos os cidadãos:

Isso se dá porque, por um lado, a sua introdução [da lei] permite ao cidadão reconhecer facilmente uma ameaça presente cotidianamente na sua vida e alimentar a ilusão de que é protegido. De outro lado, ela permite que o raio de operação da lei se amplie de tal forma até o cidadão comum, na pessoa, próxima e constante do comerciante, do agiota, dos proprietários de imóvel, que a ação da lei é sentida e acompanhada constantemente por todos e consequentemente, também temida por todos. (DUTRA, 2012, p. 228)

E para garantir a eficácia da manutenção da ordem, o aparato policial também foi racionalizado. A lei aumentou o poder da polícia. O resultado foi uma série de prisões arbitrárias, torturas e censura. A maior truculência e perseguição policial foram contra os comunistas, assim como todo um aparato de combate à ameaça vermelha:

(...) a instalação, pelo governo federal, da Comissão de Repressão ao Comunismo, em janeiro de 1936; a criação e coordenação pelo DIP da campanha de esclarecimento popular contra o comunismo, transmitida através da Hora do Brasil e do seu serviço de imprensa; a instituição pelo Ministério da Educação de um ciclo de conferências também sobre o comunismo (...) (DUTRA, 2012, p. 236)

Mas, como veremos no último capítulo do trabalho, os integralistas também sofreram com a repressão do Estado Novo, mesmo sendo apoiadores do governo no combate ao

comunismo. No tópico a seguir, abordaremos o histórico da Ação Integralista Brasileira e suas principais características.

1.3 – A AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA (1932-1939)

A década de 1930 foi marcada por incertezas quanto à política brasileira. Entre o fim da República Velha e a consolidação do Estado Novo surgiram movimentos que tentaram mobilizar a sociedade em prol de uma mudança no país. No cunho esquerdista, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) foi o principal expoente; ao passo que para o cunho de extrema direita, a Ação Integralista Brasileira (AIB) foi o movimento que mais se destacou.

As ideologias políticas destes movimentos eram diferentes, porém algumas semelhanças existiam, segundo apontam Maio e Cytrynowicz: “Os dois movimentos tinham críticas profundas aos preceitos liberais da República Velha e também aos descaminhos da revolução de 1930” (MAIO; CYTRYNOWICZ, 2003, p. 41). José Murilo de Carvalho também destaca os principais pontos convergentes da ANL e da AIB: “Eram mobilizadores de massa, combatiam o localismo, pregavam o fortalecimento do governo central, defendiam um Estado intervencionista, desprezavam o liberalismo, propunham reformas econômicas e sociais.” (CARVALHO, 2013, p. 102,103). Além de ambos serem compostos socialmente pela classe média urbana.

A Ação Integralista Brasileira (AIB) foi criada pelo paulista Plínio Salgado¹⁴, em outubro de 1932, a partir de um desmembramento da Sociedade de Estudos Políticos (SEP), que pretendia criar uma nova mentalidade no país a partir da conscientização dos problemas brasileiros. A AIB surgiu como uma seção da SEP em uma reunião solene no dia 07 de outubro de 1932, quando também foi fundado seu primeiro núcleo em São Paulo. Em 1934

¹⁴ Plínio Salgado nasceu em 1895 em São Bento do Sapucaí (SP) e desde cedo se envolveu na política. Participou da criação do Partido Municipalista e em 1928 foi eleito deputado estadual pelo Partido Republicano Paulista. Escreveu várias obras literárias e participou da Semana de Arte Moderna de 1922, sendo um dos fundadores do movimento nacionalista Verde-Amarelo. Em viagem pela Europa identificou-se com o fascismo italiano, que daria a inspiração para o movimento integralista, que criou em 1932. Com o fechamento da AIB em 1937, Plínio foi para o exílio em Portugal em 1939 e lá permaneceu até 1946. Na volta ao Brasil, fundou o Partido de Representação Popular, foi eleito deputado federal e apoiou a ditadura de 1964, como partidário da Arena, até sua morte em 1975. Fonte: Site da Revista de História da Biblioteca Nacional: Plínio Salgado, o chefe. 18 de março de 2011. (<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/conteudo-complementar/plinio-salgado-o-chefe>. Acesso em: 11/06/2013).

foi realizado o primeiro Congresso Integralista que aprovou seus estatutos, que definiam, entre outros aspectos, o que era a Ação Integralista Brasileira:

Uma associação nacional de direito privado, com sede civil na cidade de São Paulo e sede política no lugar onde se encontrar o Chefe Nacional do Movimento, e setores de atividade em todo o território do Brasil (...), com a finalidade de:

- a) Funcionar como centro de estudos e cultura sociológica;
- b) Desenvolver uma grande propaganda de elevação moral e cívica do povo brasileiro;
- c) Implantar no Brasil o Estado Integral.

(Monitor Integralista, Ano II, n. 6, 1934. *Apud*: CAVALARI, 1999, p. 16)

Neste ponto do estatuto, podemos identificar um aspecto em comum da Ação Integralista Brasileira com os propósitos do Estado Novo: a ênfase na moral e no patriotismo. Como já citamos anteriormente, a propaganda estado-novista focava na exaltação do líder e no nacionalismo e utilizava símbolos e imagens para legitimar o regime. Muitos cartazes sobre Vargas e o Estado Novo eram divulgados, livretos de formação cívica eram distribuídos nas escolas, o governo intervinha diretamente na produção cultural e havia revistas e jornais varguistas (CAPELATO, 2003, p. 126).

De forma semelhante, a Ação Integralista Brasileira utilizava livros, jornais, ritos e símbolos como forma de propaganda, arregimentação e doutrinação. Rosa Maria Feiteiro Cavalari destacou a importância do impresso integralista:

A palavra impressa, isto é, o livro e o jornal ocupava um lugar de destaque na rede constituída pela A.I.B. Era principalmente por seu intermédio, que a doutrina integralista chegava até o militante. O livro veiculava as ideias produzidas pelos teóricos do partido e o jornal as popularizava. A doutrina mantinha-se viva para o integralista graças a sua materialização através do jornal. (CAVALARI, 1999, p. 79)

A rede integralista de forma geral contava também com estratégias de padronização e uniformização através de intensa ritualização sob os militantes composta por: um manual de Regras e Condutas, o Juramento Solene e as Festas Integralistas – que prezavam pela moral e bons costumes dos integralistas, pelo respeito à ordem e às autoridades. Segundo Cavalari (1999) até mesmo rituais específicos para batizados, casamentos e falecimentos eram realizados o que mostra que “a doutrina fazia-se presente nos acontecimentos, os mais significativos da vida pessoal de cada militante” (1999, p. 172). Além disso, as sessões doutrinárias realizadas nas sedes dos núcleos integralistas e os programas de rádio eram essenciais para a doutrinação do militante.

Além da força da palavra impressa para a doutrinação, Marilena Chauí (1978) destacou que um dos motivos para o sucesso do integralismo como agente social e político

durante certo período no Brasil, foi a maneira como o discurso integralista funcionava: ele era trabalhado com a justaposição de imagens¹⁵, transformação dos conceitos em imagens e associação livre de imagens. Isso dava um tom bombástico ao discurso que se tornava um confirmador dos fatos, evitava a reflexão, levava à persuasão e à necessidade de ação. (CHAUÍ, 1978, p. 31-48)

Os pilares ideológicos e o lema da AIB eram: Deus, Pátria e Família. O integralismo buscava uma revolução cultural ou uma revolução do espírito, da qual Deus era o princípio. Os próprios integralistas se identificavam como Soldados de Deus. A família era importante por ser uma entidade biossocial, ou seja, a primeira coletividade em que o indivíduo se reconhece. A pátria, da qual o integralismo seria o construtor, era a reunião de todas as famílias, também como uma entidade biossocial inegável (CHAUÍ, 1978, p. 49, 50).

Os movimentos e partidos fascistas, que atingiram seu auge na Europa entre as décadas de 1920 e 1930, também inspiraram a criação da AIB, no que tange ao alcance das massas através da forte doutrinação, ao nacionalismo e à criação de um Estado forte liderado pelo Chefe Nacional (que seria Plínio Salgado). Além disso, a própria estrutura do movimento indica algumas semelhanças com os movimentos fascistas: os integralistas adotaram um uniforme verde (por isso eram denominados como “camisas verdes”), o símbolo do movimento era a letra latina sigma (que representa o “integral”), realizavam desfiles e comícios cívicos e sua estrutura era totalmente hierarquizada. Porém, não podemos reduzir o integralismo a uma simples cópia ou imitação brasileira dos movimentos fascistas. A AIB, diferentemente dos movimentos fascistas europeus, não insistia na pureza racial, por exemplo. (GERTZ, 2007, p. 1)

A Ação Integralista Brasileira foi o primeiro partido brasileiro de implantação nacional e chegou a reunir entre 500 mil e um milhão de membros. (MAIO, CYTRYNOWICZ, 2003, p. 42). Em 1935, no 2º Congresso Nacional da AIB, tornou-se partido político para concorrer às eleições presidenciais de 1938 com Plínio Salgado como candidato. Mas, a eleição não foi realizada, devido ao golpe de Getúlio Vargas que, com a Constituição de 1937, fechou todos os partidos políticos.

¹⁵ No caso do discurso integralista a imagem pode ser além de iconográfica (como os símbolos integralistas) um dado empírico, no sentido de “obscurecer a força explicativa do conceito pela sua diluição em imagens facilmente reconhecidas na experiência cotidiana.” (CHAUÍ, 1978, p. 44) Ou seja, o discurso não explicava o conceito, mas utilizava um fato cotidiano para que seu significado fosse compreendido de maneira persuasiva. Como exemplo, Chauí destaca a tradução feita pelo discurso integralista do conceito de classe social para categoria profissional.

Porém, neste curto período de atuação como partido político, a AIB participou ativamente da política nacional ao eleger representantes no Congresso e nos municípios, como indicam estes dados estatísticos:

Em 1935, elegeu um deputado federal e quatro deputados estaduais. Naquele ano havia 1.123 núcleos organizados em 548 municípios e 400 mil ativistas. Nas eleições de 1936, elegeu cerca de 500 vereadores, 20 prefeitos e 4 deputados estaduais, obtendo cerca de 250 mil votos. Nas eleições de 1938, para eleger o candidato do partido às eleições presidenciais, participaram quase 850 mil integralistas, cerca de 500 mil eleitores habilitados, sendo que o eleitorado do país era de cerca de três milhões de votantes. (HILTON, 1977. *Apud*: MAIO, CYTRYNOWICZ, 2003, p. 43.)

O ano de 1936 ficou conhecido como o Ano Verde, não só devido às conquistas eleitorais do partido, mas pelo aumento dos núcleos integralistas por todo o país:

(...) dos 2.023 centros espalhados pelo Brasil até fevereiro, passou-se para 3.000 até novembro; dos 800 mil membros, passou-se para mais de um milhão; dos 102 semanários, passou-se para 123, incluindo *A Ação* em São Paulo, das 200 escolas primárias fundadas desde 32, passou-se para 1.285. (CHAUÍ, 2003, p. 102)

Em 1937, a AIB lançou sua plataforma política, que objetivava reformar o Estado sem recorrer à luta armada, garantindo a espiritualidade, a unidade nacional e a harmonia social. O programa era nacionalista e estatizante, visto que a propriedade privada deveria ser submetida ao Estado. Explícita também a ênfase em seu lema “Deus, Pátria e Família” e nos princípios de ordem e autoridade, conforme consta nos *Estatutos da Ação Integralista Brasileira*, aprovados no II Congresso Integralista em março de 1935. (CHAUÍ, 1978, p. 103)

Porém, esta expansão do movimento durou menos de dois anos. Em 1937, Vargas decretou o fechamento dos partidos políticos e mesmo a AIB, que apoiava o governo¹⁶, principalmente no que tangia ao combate ao comunismo, foi colocada na ilegalidade. Plínio Salgado, decepcionado com Vargas, transformou a AIB novamente em sociedade civil: a Associação Brasileira de Cultura para continuar a doutrinação, mas de uma forma velada (CAVALARI, 1999, p. 19)

Os núcleos da AIB foram fechados e o material interno dos mesmos foi apreendido pela polícia. Além disso, alguns integralistas foram presos, após o fracassado atentado contra Vargas em 1938. Após meses de negociações, sem efeito com Vargas, para que a AIB pudesse funcionar abertamente, um grupo de integralistas optou pela via armada. Cerca de trinta deles, invadiram o Palácio Guanabara no dia 10 de maio daquele ano. Armados,

¹⁶ No terceiro capítulo veremos como era a relação de Vargas com a AIB, que oscilou entre o apoio desta ao presidente e o conflito entre ambos devido ao fechamento do partido e repressão aos integralistas.

tentaram depor Getúlio. O resultado foi a morte de nove integralistas (ROSE, 2001, p. 164). Alguns também foram exilados, inclusive o chefe Plínio Salgado. Este episódio ficou conhecido como Intentona Integralista ou *Putsch Integralista*.

Mesmo com o Integralismo na clandestinidade, Plínio manteve-se aberto para possíveis negociações com Vargas. Partiu para o exílio somente em 1939 e deixou uma carta para que os integralistas obedecessem à ordem vigente. Ou seja, Plínio continuou apoiando o Estado Novo. Voltou do exílio em 1945 e criou o PRP (Partido de Representação Popular) que pretendia retomar as ideias integralistas. O partido participou da política eleitoral, sem alcançar os êxitos da AIB. Foi extinto em 1965 com os outros partidos durante a Ditadura Militar de 1964 (SANTANA, 2006, p. 87).

1.4 – A HISTORIOGRAFIA DO INTEGRALISMO

Uma série de estudos sobre o integralismo surgiu a partir da década de 1970, a partir da tese de Héliog Trindade “Integralismo: o fascismo brasileiro”. Os primeiros trabalhos limitaram-se em discutir se havia influência ou não do fascismo na composição do Integralismo. A conclusão dada pelas principais teses aponta para uma influência do nacionalismo e ufanismo característicos da década de 1920 e também do fascismo na estrutura de organização do movimento (OLIVEIRA, 2010, p. 119-121).

Esta temática insere-se na primeira fase de estudos sobre o Integralismo, de acordo com a divisão feita por Rodrigo Santos Oliveira em seu trabalho *A evolução dos estudos sobre o Integralismo*.¹⁷ Nesta fase o Integralismo foi estudado como um partido de massas organizado nacionalmente.

A partir da década de 1980 inicia-se uma segunda fase de estudos, marcada pelos estudos regionais do Integralismo. Os trabalhos mostram que a organização local de núcleos foi importante para a inserção dos integralistas na sociedade e que as características variavam de região para região. A história regional encontra-se ativa atualmente, e, segundo João Fábio Bertonha (2010), não há sinais de declínio dos estudos referentes a esta temática.

Ainda é possível considerar outra fase de estudos a partir da década de 1990, a terceira fase, marcada por novas abordagens sobre o Integralismo:

¹⁷ Neste artigo o autor classifica os estudos sobre o Integralismo em três fases, de acordo com a abordagem do tema, respectivamente: os estudos que eram focados no tema do nazismo, os estudos regionais e as novas abordagens.

O militante de base ganhou voz, a mulher integralista também, a intervenção do integralismo junto à sociedade passou a ter relevância, os símbolos e ritos passaram a ser estudados, integralismo no pós-guerra se tornou objeto de estudo, o combate aos inimigos do integralismo também, e assim por diante. (OLIVEIRA, 2010, p. 133)

A partir da década de 1990, nota-se uma expansão dos estudos acadêmicos sobre o Integralismo, acompanhada da valorização da história política, da superação do preconceito de se estudar movimentos de direita e da abertura de arquivos policiais, como os arquivos do DOPS/MG que utilizamos como fonte de pesquisa. Como pontua Bertonha (2010) estes aspectos contribuíram para o surgimento de um maior número de estudos sobre o tema, se compararmos com as décadas anteriores.

Visto que os estudos sobre o Integralismo têm se ampliado, pretendemos estudá-lo em seu âmbito regional, campo este que continua ativo, porém com lacunas em algumas regiões, como no estado de Minas Gerais, por exemplo.¹⁸ Como já apontamos nas páginas iniciais deste trabalho, a cidade de Itapecerica não possui nenhuma pesquisa com relação ao movimento e à atividade repressora das polícias políticas do Estado Novo.

Com relação aos estudos sobre a repressão aos integralistas durante o Estado Novo, Giselda Brito Silva destacou a quantidade reduzida de trabalhos:

No campo da historiografia brasileira, há pouca coisa sobre a repressão aos integralistas na Era Vargas. Sobre esse período e governo, muito se tem falado na questão da repressão da ditadura do Estado Novo. Entretanto, esses estudos têm centrado mais suas análises na repressão aos comunistas, sendo os integralistas tratados como um grupo que estava aliado a esse governo na luta comunista antes de 1937 e perseguidos depois de 1938 como aliados do Eixo. (SILVA, 2008, p. 332)

2. - A DINÂMICA POLÍTICA DE ITAPECERICA NO INÍCIO DO SÉCULO XX E AS FONTES DE PESQUISA DO DOPS/MG

2.1 – A FUNDAÇÃO DA CIDADE DE ITAPECERICA

Antes de analisarmos a dinâmica política de Itapecerica no início do século XX, abordaremos brevemente como se deu o início de sua ocupação no período colonial, para conhecermos melhor a cidade.

¹⁸ Bertonha apresentou um quadro estatístico com a quantidade de trabalhos com o tema integralismo e regionalismo e mostrou que, até a publicação de seu livro em 2010, havia apenas 11 trabalhos relativos ao tema em Minas Gerais.

Entre as montanhas de Minas Gerais existe uma pequena cidade com aproximadamente 20 mil habitantes, localizada a 180 km¹⁹ de Belo Horizonte, cuja fundação se deu durante a corrida do ouro no século XVIII. Os primeiros sertanistas a chegarem à região onde hoje é Itapecerica foram Estanislau de Toledo Pisa e Feliciano Cardoso de Camargos por volta do ano de 1733 (AZEVEDO; FONSECA, 2009, p. 108, 109). Em um rio de águas avermelhadas eles encontraram ouro e próximo a ele se estabeleceram. Construíram cabanas feitas com cascas de árvore, o que deu o primeiro nome do arraial: Casa da Casca do Tamanduá, devido à abundância deste animal na região. O lugar oficialmente levou o nome de Conquista do Campo Grande da Picada de Goiás, pois era um dos caminhos que levavam às minas localizadas onde hoje é o estado de Goiás.

Em 1789, devido ao crescimento do arraial, este foi elevado à Vila, com o nome de Vila de São Bento do Tamanduá. O ouro esgotou-se na vila e então a criação de gado e a pequena agricultura sustentaram sua economia. Aos poucos, a vila voltou a crescer e o Governo Geral dividiu a Comarca do Rio das Mortes, nomeando a vila de Tamanduá como sede da nova Comarca do Rio Grande, com a fixação do pelourinho, nomeação do capitão-mor e posse da primeira Câmara.

Muitos anos depois, em 1862, a Vila foi elevada à Cidade de Tamanduá. O nome Itapecerica, de origem tupi, veio em 1882, e seu significado refere-se ao lençol d'água formado sobre uma pedra lisa, fenômeno que ocorre em alguns pontos do rio Vermelho (GONDIM, 2007, p. 275).

2.2 – A DINÂMICA POLÍTICA DE ITAPECERICA NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Neste tópico, a partir do conceito de culturas políticas, abordado no início do trabalho, tentaremos compreender os principais aspectos políticos da cidade de Itapecerica durante o início do século XX, período que abrange o recorte temporal da pesquisa (a década de 1930). A partir deste conceito, que estuda os mecanismos atribuídos aos atores sociais que dão significado aos processos políticos, pretendemos entender a dinâmica política geral do local e recorte temporal em questão.

¹⁹ Dados coletados no site da Prefeitura Municipal de Itapecerica. (<http://www.itapecerica.mg.gov.br>. Acesso em: 15/07/2013.)

Entre as décadas de 1920 e 1930, Itapecerica possuía aproximadamente 18.000 habitantes, conforme consta no mapa do município de Itapecerica, do *Álbum Chorographico Municipal do Estado de Minas Geraes* de 1927.²⁰ Este dado populacional corresponde somente ao distrito de Itapecerica, mas, segundo o mapa, o município abrangia os distritos de Itapecerica, Indayá, Curral, Campos, Camacho e Desterro e totalizava uma população de aproximadamente 41.000 habitantes.²¹

Ainda segundo o mapa, em 1927, a área do distrito de Itapecerica em quilômetros quadrados, correspondia a 847,21 km² e do município de Itapecerica, que abrangia os demais distritos citados acima totalizava 2.513,97 km².²² Através da legenda do mapa podemos identificar o que era cidade, sede de distrito, povoado, estação, estradas de ferro em funcionamento e em projeto de construção, linhas telefônicas e correios. Além disso, há uma ilustração da Igreja Matriz de São Bento no rodapé do mapa. Segundo Maria do Carmo Andrade Gomes, as representações de equipamentos urbanos nos mapas do *Álbum Chorographico* faziam referência ao progresso:

No repertório de imagens das ilustrações, desfilam os símbolos caros ao discurso progressista, exaltador e promissor da obra. As paisagens urbanas e seus equipamentos são muito mais numerosos do que as naturais. As instituições oficiais como câmaras municipais, igrejas, fóruns e hospitais aparecem na grande maioria dos mapas. São significativas as imagens dos equipamentos relativos ao conforto, ao progresso e à modernidade urbana como captação de água, iluminação elétrica, estações de bondes, teatros e agências de correios. (GOMES, Estudo Crítico História, disponível em: www.albumchorographico1927.com.br)

Alguns indícios de que a cidade de Itapecerica “caminhava para o progresso”²³ em meados das décadas de 1920 e 1930 encontram-se no livro *Memorial do Legislativo de Itapecerica*. Este livro foi organizado pela Câmara Municipal de Itapecerica em 2007, com o objetivo de resgatar a memória da Câmara que é o órgão público mais antigo do município. O

²⁰ O *Álbum Chorographico do Estado de Minas Geraes* foi editado em 1927 pelo Serviço de Estatística da Secretaria de Estado da Agricultura de Minas Gerais e nele constam mapas e ilustrações feitas a bico de pena de 178 municípios mineiros. O álbum, juntamente com um Anuário e um Atlas, foram produzidos em ocasião das comemorações do centenário da Independência do Brasil (1822-1922). Em 2012 o Álbum foi publicado em edição eletrônica pela Fundamar – Fundação 18 de março e está disponível no site: www.albumchorographico1927.com.br. Acesso em: 20/01/2014.

²¹ Os dados de caráter econômico, social, administrativo e político presentes nos mapas do *Álbum Chorographico*, referem-se a 31 de dezembro de 1921. Ver em: www.albumchorographico1927.com.br/texto/estudo-critico-contexto-historico. Acesso em: 20/01/2014.

²² O mapa do município de Itapecerica encontra-se disponível no site: <http://www.albumchorographico1927.com.br/indice-1927/itapecerica>. Acesso em: 20/01/2014.

²³ As palavras “progresso” e “modernização”, empregadas neste tópico, referem-se ao pensamento da época, que descrevia a urbanização das cidades como forma de progredir e de modernizar. Como exemplo, temos a implantação de equipamentos urbanos em Itapecerica e a citação no final da página 26.

autor, Carlos Gondim, compilou vários dados e fatos sobre a cidade presentes em documentos pertencentes ao arquivo da Câmara.

Como exemplo da busca pela “modernização” em Itapecerica temos a administração do prefeito Severo Mendes dos Santos Ribeiro Júnior, mais conhecido como Severo Ribeiro, que governou Itapecerica durante o final da década de 1920. Político contrário à Revolução de 1930, Severo Ribeiro defendia a velha política do PRM (Partido Republicano Mineiro) que depois se tornaria PSD (Partido Social Democrático). Ele pretendia urbanizar mais a cidade como mostram alguns relatórios enviados à Câmara na época, alguns deles transcritos no *Memorial do Legislativo de Itapecerica*.

Entre seus principais feitos estão o abaulamento e macadamização²⁴ das ruas da cidade, a construção do jardim central e o projeto da construção da ferrovia que ligaria Itapecerica a Formiga – projeto que foi interrompido com o advento da Revolução de 1930 e nunca mais retomado. Além disso, Severo Ribeiro tomou “medidas higienistas” contra um surto de varíola ocorrido em 1925: o isolamento das pessoas contaminadas e a construção do *Cemitério dos Bexiguentos*, fora do perímetro urbano, para evitar a disseminação da doença. (GONDIM, 2007, p. 447).

Devido à Revolução de 1930, Severo Ribeiro, político do PRM, foi destituído do poder, preso e encaminhado para a cidade de Oliveira. Gondim (2007), de maneira informal e pessoal, escreveu sua opinião sobre Severo Ribeiro no livro e destacou algumas características da personalidade do mesmo: “Severo Ribeiro, pelo pouco que conhecemos de seus escritos, não possuía o perfil do adesista, ou do comunista oponente, ou do integralista emergente. Severo Ribeiro era ele, e só. O resto que se danasse.” (GONDIM, 2007, p. 454). Além da deposição do prefeito, com a Revolução de 1930, a Câmara foi fechada durante os quinze anos de Era Vargas e em seu lugar atuou um Conselho Consultivo nomeado pelo prefeito intendente.

Conforme ocorria na tradição política mineira, como veremos a seguir, os poderes locais de Itapecerica em meados do século XX eram organizados a partir de grupos familiares que se estendiam além do parentesco para redes de amizade. Tradição esta que pode ser explicada pelas relações clientelísticas existentes no Brasil desde o período colonial e que passaram o período republicano. (AQUINO, 2010). Em Minas Gerais, segundo Orlando

²⁴ Abaulamento é uma curvatura esférica colocada nas ruas para favorecer o escoamento das águas da chuva. Macadamização é pavimentar as ruas com pedra britada e saibro. (Fonte: www.dicio.com.br. Acesso em 14/04/2014).

M. Carvalho (2010), a tradição política até a década de 1930 baseou-se na existência de duas facções políticas organizadas em torno de duas famílias. Com a Revolução de 1930, o eleitorado dividiu-se entre PRM (Partido Republicano Mineiro) e PP (Partido Progressista), mas foi durante um curto período de tempo, pois o governo Vargas aboliu os partidos com a promulgação da Constituição de 1937. Com o fim do Estado Novo em 1945, os partidos se reorganizaram e a UDN (União Democrática Nacional), o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e o PSD (Partido Social Democrático) foram os que mais se destacaram (FABER, 2010, p. 13-23). Nos municípios as disputas eleitorais envolviam brigas e até mesmo apelidos entre os partidos. Em Itapecerica havia os *tarecos* (PSD) e os *papeatas* (UDN) (CARVALHO, 2010, p. 14).

Era comum que os partidos brigassem pelas eleições municipais, mas ambos se uniam nas eleições estaduais ou federais ao apoiarem os mesmos candidatos: “apoiavam ambas [as facções políticas] o mesmo governador, com o objetivo prudente de evitar que o Executivo nomeasse autoridades policiais, fiscais, educacionais ou sanitaristas destinadas a fortalecer o grupo adversário.” (CARVALHO, 2010, p. 15).

Nesta mesma pesquisa, Orlando M. Carvalho (2010) destacou que esta estrutura política, baseada em duas facções políticas e em relações familiares, permaneceu por longos períodos de tempo em cidades mineiras. Em alguns casos, a dominação política de certas famílias iniciou-se no período imperial e permanece até hoje.

O recente trabalho de Francisco Eduardo de Andrade (2011) ajudará a endossar e a compreender a questão familiar presente na política das cidades mineiras. Este historiador estudou a sociedade de capelas em Minas Gerais e utilizou o caso da freguesia de Tamanduá (atual Itapecerica), em meados do século XVIII, para mostrar como as capelas²⁵ faziam parte do jogo do poder político ao legitimar as autoridades locais, cuja política envolvia suas redes de parentelas e amizades: “Assumindo o encargo de instituidores ou administradores da capela, os senhores da localidade, ajudados por seus parentes e amigos, conservavam e requeriam a sua proeminência social e política.” (ANDRADE, 2011, p. 284).

Por meio destes dois estudos de caso, podemos compreender as raízes da política em Tamanduá (atual Itapecerica), desde a época da formação do arraial, no final da década de 1730. Em 1744, a câmara da vila de São José del Rei (atual Tiradentes) tomou posse do

²⁵ As capelas eram povoações existentes no Brasil durante o período colonial e politicamente eram vinculadas à Igreja Católica.

arraial e designou os oficiais da localidade, que crescia nos âmbitos populacional e econômico. Somente a extração do ouro não sustentou a economia, mas a criação do gado foi importante para seu fomento. Além disso, o arraial de Tamanduá era um entreposto importante, pois ficava no caminho que levava às comarcas do Rio das Mortes, Serro Frio e Rio das Velhas e ao caminho da Picada de Goiás.

Em 1737, Manuel Álvares Gondim obteve uma sesmaria na picada de Goiás e depois se tornou juiz dos órfãos em Tamanduá. Ele e sua parentela obtiveram o apoio do padre Gaspar Álvares Gondim, que foi o primeiro capelão instituído para o arraial em 1757. A capela trouxe autonomia para Tamanduá e a Igreja mantinha um patrimônio para a realização das práticas religiosas²⁶.

A escolha do padre Gaspar para ser capelão de Tamanduá se deu, provavelmente, devido aos vínculos pessoais com os senhores do arraial. Documentos mostram que ele criou laços de amizade com coronéis e com um dos senhores da Picada de Goiás, Manuel Gondim, com quem, segundo Andrade (2011), Gaspar mantinha atividades comerciais. A instituição da primeira câmara em 1789, que elevou o Arraial à Vila, tinha entre seus eleitos, Domingos Rodrigues Gondim, possível parente do padre Gaspar. Mais um indício de que o poder político, ligado na época ao poder religioso, mantinha-se entre um grupo formado por relações de parentesco e amizade.

Orlando M. Carvalho explica porque se deu essa estrutura política baseada em facções formadas por relações familiares em Minas Gerais:

Semelhante organização política se explicaria talvez pela formação dos núcleos de povoamento no extenso território. Eram ilhas isoladas, cuja vida se desdobrava em torno de interesses locais. O progressivo adensamento da população não modificou fundamentalmente a estrutura social, onde predominavam os proprietários das culturas e os criadores de gados. (CARVALHO, 2010, p. 15)

Como vimos, esta estrutura política existe desde o período colonial e perdurou por muito tempo em cidades mineiras (ou até hoje perdura). Havia, também, relações de compadrio, mandonismo e clientelismo que se intensificaram com a prática do coronelismo durante o período da República Velha (1889-1930). O coronelismo caracteriza-se pela concentração do poder político em um chefe local através das trocas de favores entre este e o governo estadual.

Leila Cordeiro de Aquino aponta que mesmo após a Revolução de 1930, que pretendia acabar com o poder dos coronéis, as lutas políticas entre famílias em Minas Gerais foram

²⁶ Segundo Andrade (2011), a riqueza da paróquia tinha um rendimento de mais de 17.000 cruzados de dízimos e um comércio de extensão de mais de 50 léguas. Essa prosperidade explica a insistência do vigário de São José, o padre Toledo, de tornar-se pároco da capela de Tamanduá.

mantidas. Diversos trabalhos mostram como a tradição familiar na política teve longa duração em Minas Gerais e por todo o país também:

Duas passagens do clássico livro “Mandonismo Local na Vida Política Brasileira” de Maria Isaura Pereira de Queiroz, nos permite esse entendimento. Na primeira passagem temos a parentela na colônia como mecanismo de dominação: O grupo familiar não se limitava então aos pais, filhos, agregados e escravos; era muito maior, pois devido aos casamentos entre parentes, os troncos das famílias eram geralmente primos entre si, e relacionados, formavam um sistema poderoso para a dominação política e econômica, para a aquisição e manutenção de prestígio e status. O indivíduo que não se achava preso e integrado numa família, muito dificilmente podia prosperar e adquirir seu lugar ao sol (...) O brasileiro, típico, o “homem bom”, era o homem da família, do seu grupo familiar, de sua aldeia. A autonomia do latifúndio, autossuficiente, juntamente com a liderança do chefe de família desenvolveram o espírito local, e a política municipal girava, toda ela, em torno desses interesses locais de vários municípios. (QUEIROZ, 1976, p. 45. *Apud*: AQUINO, 2010, p. 07)

José Murilo de Carvalho também destacou a permanência destas relações na política:

De algum modo, como o mandonismo, o clientelismo perpassa toda a história política do país. Sua trajetória, no entanto, é diferente da do primeiro. Na medida em que o clientelismo pode mudar de parceiros, ele pode aumentar e diminuir ao longo da história, em vez de percorrer uma trajetória sistematicamente decrescente como o mandonismo. Os autores que vêem coronelismo no meio urbano e em fases recentes da história do país estão falando simplesmente de clientelismo. As relações clientelísticas, nesse caso, dispensam a presença do coronel, pois ela se dá entre o governo ou políticos, e setores pobres da população. (CARVALHO, 1977, *Apud*: AQUINO, 2010, p. 134.)

João Rameris Regis, ao estudar a cultura política no Ceará em 1930, concluiu que as práticas clientelísticas também permaneceram na política local dos municípios do estado:

O projeto político revolucionário posto em prática, inclusive no Ceará, no pós-1930, em muitas situações não teve condições de se contrapor à influência política dos antigos chefes locais e por esse motivo teve, muitas vezes, que negociar com esses grupos. Essas negociações eram feitas com a devida habilidade para não afetar o núcleo central do discurso revolucionário, assentado na ideia de total banimento de todas as formas de fazer política identificada com as práticas clientelísticas e coronelísticas que predominou na Primeira República. Uma vez mantido o discurso, passava-se para a população a ideia de que a situação política nacional estava em franco processo de depuração dos vícios do regime anterior, ao passo que muitos dos antigos mandatários locais continuavam a figurar no cenário político, mesmo que metamorfoseados de defensores desse novo processo em curso. (REGIS, 2010, p. 4)

É importante ressaltar que ao lado da influência familiar e das práticas clientelísticas na dinâmica política mineira no início do século XX, havia a proximidade entre os interesses políticos e pessoais na disputa pelo poder local. E mesmo com o surgimento das ideias positivistas e progressistas, o poder das tradicionais oligarquias locais era mantido. Ou seja, os limites destes polos considerados opostos não eram claramente definidos: “Assim como sempre houve entre cidade e campo limites imprecisos e fluidos, a zona liminar que separava

setores liberais de conservadores no Brasil das primeiras décadas do século XX também era tênue.” (LEONEL, 2009, p. 73).

Como exemplo, temos o caso de Divinópolis, que foi distrito de Itapecerica até 1911. Os poderes locais tradicionais de Divinópolis lutaram por sua emancipação política e pela instalação de uma das oficinas da Estrada de Ferro do Oeste de Minas (EFOM) no distrito, o que ocorreu em 1908. Segundo Guilherme Leonel (2009) este grupo político era baseado “na influência da autoridade pessoal enquanto chefia política” e estava ligado economicamente a atividades agropecuárias e do comércio.

Com base nestes estudos, concluímos que a dinâmica política de Itapecerica, desde os tempos de arraial, até nosso período de estudo, os meados da década de 1930, teve a influência de famílias no poder local, de relações mandonistas e clientelísticas, de setores oligárquicos tradicionais locais e seus interesses pessoais. Acreditamos que esta dinâmica política contribuiu para a construção das relações sociais entre os integralistas e as delegacias de polícia, e, portanto para as representações construídas, como veremos adiante.

2.3 – AS FONTES DE PESQUISA: O ARQUIVO DO DOPS MG

As fontes primárias da pesquisa integram o Acervo do DOPS/MG, presente no Arquivo Público Mineiro (APM) em Belo Horizonte. Encontramos no Sistema Integrado de Acesso do APM (SIAAPM) diversas pastas denominadas “Integralismo” referentes a muitas cidades mineiras, inclusive Itapecerica. Nossas fontes encontram-se, portanto, na pasta denominada *Itapecerica – Integralismo*, pasta nº 4675, rolo nº 068.

A polícia política em Minas Gerais foi criada em 1927 por meio da Delegacia de Segurança Pessoal e Ordem Política e Social. Em 1931, a investigação e a repressão aos crimes políticos ficaram a cargo da Delegacia de Ordem Pública. Em 1956, esta delegacia foi transformada em Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), que além de cuidar dos crimes políticos também era responsável pelo comércio de armas, fiscalização de aeroportos,

rodovias e ferrovias. A documentação do DOPS, composta por arquivos datados entre 1927 a 1982, foi entregue ao Arquivo Público Mineiro em 1998²⁷.

Com relação ao Integralismo, no arquivo do DOPS/MG a maioria dos documentos consiste em correspondências referentes à atividade investigativa da polícia sobre o movimento nas cidades, assim como a apreensão de materiais integralistas após o fechamento dos núcleos. Em menor quantidade existem recortes de periódicos, correspondências integralistas e panfletos políticos do movimento. (SANTANA, 2006, p. 87-93)

A pasta nº 4675 *Itapecerica - Integralismo* contém 49 documentos digitalizados datados entre dezembro de 1936 e junho de 1939. Esses documentos estão organizados na pasta em ordem cronológica decrescente. Na maior parte da documentação, encontramos correspondências policiais sobre o núcleo integralista da cidade, principalmente entre os delegados de polícia da cidade e o delegado de ordem pública de Belo Horizonte. As correspondências tratam sobre ações de vigilância sob os integralistas de Itapecerica e sobre apreensão de material e fechamento do núcleo, que ocorreu no início de dezembro de 1937. Os documentos de números 29 a 32 são as correspondências que tratam do fechamento do núcleo.

Os demais documentos digitalizados referem-se ao próprio material apreendido, como listas com os nomes dos militantes integralistas e plinianos²⁸, relação de objetos como: bandeiras, fichas de diversas cores, livros de registros, retrato de Plínio Salgado, folhetos, propagandas. Porém, entre o material apreendido propriamente dito, há somente as listas de militantes, um panfleto intitulado *Um manifesto do Sr. Plínio Salgado* (Doc. nº 13) e um manual intitulado *Como se funda um núcleo integralista – Departamento de Coordenação – Núcleo Municipal de Itapecerica* (Docs. nº 16 a 23). As demais imagens são correspondências entre os delegados de polícia e o delegado do Dops/MG.

De modo geral, essa documentação ajuda-nos a compreender de que forma a vigilância era feita sob os integralistas, pois as correspondências nos dão a dimensão de como as ordens da legislação nacional de segurança eram cumpridas.

Há também vários comunicados sobre atividades integralistas, como a fundação do núcleo, em dezembro de 1936; a realização de caravanas e conferências de propaganda; e

²⁷ Informações obtidas no site do Arquivo Público Mineiro – Fundo do Departamento de Ordem Política e Social. <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/> Acesso em: 07/11/2013.

²⁸ Segundo Cavalari (1999), os Plinianos eram crianças e adolescentes integralistas com idade entre 4 a 15 anos, que recebiam doutrinação integralista e tinham sua própria hierarquia no movimento. Havia o Departamento de Plinianos, responsável pela instrução das crianças no integralismo.

solicitações diversas do núcleo integralista. É interessante observar, de acordo com a documentação da pasta, o intervalo de tempo para o retorno das correspondências. Entre 01 de dezembro de 1936 e 03 de abril de 1937 não encontramos documentos. A partir da data de 03 de abril de 1937, há um aumento no número de correspondências e certa regularidade das mesmas. O motivo pode ser a intensificação da vigilância e da repressão a partir da implantação do Estado Novo em 1937 ou então a possível perda de documentação no período citado como sem correspondências.

No capítulo seguinte analisaremos a repressão sob os integralistas através da documentação do DOPS/MG produzida sobre o núcleo municipal de Itapecerica e buscaremos nela as possíveis representações construídas pelas delegacias de polícia locais com relação a este movimento.

3. - A REPRESSÃO POLICIAL À AIB EM ITAPECERICA ENTRE 1936 E 1939 E AS REPRESENTAÇÕES DAS DELEGACIAS DE POLÍCIA LOCAIS

3.1 – AS RELAÇÕES ENTRE O ESTADO NOVO E A AIB: ENTRE REPRESSÃO E COLABORAÇÃO

Para iniciar a discussão sobre a repressão policial à AIB, através do estudo do caso de Itapecerica, cabe aqui um questionamento: se a AIB apoiou Vargas no momento em que o Estado Novo foi implantado, qual o motivo do movimento ser alvo da vigilância e repressão policial?

Somente a identificação dos preceitos integralistas com o governo ditatorial de Vargas não explica a relação entre eles. Antes da implantação do Estado Novo, os integralistas manifestaram publicamente seu apoio ao governo centralizado. Como exemplo, eles realizaram uma marcha pró-Vargas em 01 de novembro de 1937, que contou com a participação de milhares de pessoas (CALIL, 2010, p. 66).

Entretanto, pouco tempo depois, a Constituição de 1937 aboliu os partidos e agremiações políticas, inclusive a AIB. A partir de então, houve negociações entre Plínio Salgado e Getúlio Vargas. Este ofereceu a Plínio o cargo de Ministro da Educação, que foi

recusado²⁹. Plínio tentou manter a AIB em funcionamento através da Associação Brasileira de Cultura, também fechada pela lei. E a perseguição e repressão aos integralistas aumentaram após as duas tentativas de levantes feitas por eles em 1938.

O primeiro levante integralista ocorreu em março de 1938 e consistiu na tentativa de captura de uma rádio e a revolta de alguns marinheiros da AIB, mas que foram frustradas. O governo prendeu centenas de pessoas, apreendeu armas e materiais da AIB e fecharam um jornal integralista. Dias depois grande parte dos presos foi liberta. Outra rebelião ocorreu em maio do mesmo ano, porém as consequências para os integralistas foram mais drásticas que na primeira. Nove integralistas foram mortos pelo chefe da Polícia Especial, Euzébio de Queiroz Filho, ao invadirem o Palácio Guanabara para depor Getúlio Vargas. O episódio ficou conhecido como *Putsch de Pijama*, devido ao fracasso fruto do mau planejamento e covardia dos militantes integralistas. (ROSE, 2001, p. 160-167)

Mesmo com estes impasses, Plínio não desistiu e continuou as negociações com Vargas e a apoiar sua ditadura. O trecho abaixo é do folheto *Um manifesto do Sr. Plínio Salgado*, transcrito em 16 de maio de 1939, por Anésio Carneiro Sobrinho, chefe do núcleo integralista de Itapeverica. Plínio Salgado escreveu o manifesto antes de partir para o exílio em Portugal:

Qual a orientação, pois, que vos recomendo? *A orientação da paz, da ordem, da abstenção de quaisquer agitações.* Além dessa norma, recomendo-vos ainda trabalhar pelo Brasil. Como trabalha? Cumprindo a vossa, a nossa doutrina. Em que consiste essa doutrina? Em ser bom pai, bom filho, bom esposo, bom profissional, bom cidadão, bom patriota. (...) O momento internacional é de uma gravidade sem precedentes nestes últimos cem anos da História Universal. Diante dele e dos perigos que ameaçam nossa pátria, direi, para que não caia sobre mim um dia a acusação de haver concorrido para a subversão da ordem e as divisões dentro do país: *uni-vos, brasileiros, respeitando as autoridades constituída [sic] e não perturbando de forma alguma a ordem pública.* (...) São Paulo, 15 de maio de 1939 – Plínio Salgado. (Pasta nº 4675, Doc. nº 13, grifos nossos)

Mesmo após o fechamento da AIB, assim como de todos os partidos e agremiações políticas em 1937, e mesmo condenado ao exílio, o folheto indica que Plínio Salgado, preocupado com o contexto internacional marcado pela Segunda Guerra Mundial, pedia a colaboração dos integralistas com a Pátria, ou seja, com o governo Vargas, abstendo-se “de quaisquer agitações subversivas e de manifestações de caráter político, perturbadoras da

²⁹ Aconselhado pela embaixada italiana no Brasil a aceitar o cargo de Ministro da Educação para aproximar-se do governo Vargas, Plínio Salgado recusou o cargo alegando que na AIB havia algumas pessoas, como Gustavo Barroso, apoiavam uma oposição armada contra Vargas. A embaixada considerou a atitude de Plínio como a de um herói passivo de uma causa perdida. (SEINTEFUS, 2003, p. 99)

ordem pública” (Pasta nº 4675, Doc. nº 13). Ao mesmo tempo, Plínio revela seu medo de ser acusado como subversor da ordem e, portanto, pede que seus companheiros integralistas sejam obedientes ao governo vigente.

Alguns pesquisadores especulam sobre uma possível ajuda financeira que Plínio recebera do governo durante seu exílio, além de ter ido com sua esposa e um secretário, o que era considerado uma regalia. Em um balanço de Caixa, presente no arquivo político de Plínio, há indícios dessa ajuda financeira (CALIL, 2010, p. 79).

Gilberto Calil indica que nem todos os integralistas concordaram com essa posição de subordinação ao Estado Novo tomada por Plínio:

Os resultados produzidos pelo manifesto não foram os esperados por Salgado: “Vargas elogiou o documento na presença de Gustavo Barroso, mas proibiu sua divulgação pela imprensa”, e muitos integralistas que dele tomaram conhecimento reagiram negativamente. Segundo Carone, o Manifesto “acentua publicamente, pela primeira vez aos seus adeptos menores, a dubiedade de sua ação; pois, enquanto a maioria acredita nas suas intenções e no seu papel de exilado antigetulista, na verdade, ele não é mais do que um instrumento do governo”. De acordo com Brandi, “muitos integralistas não se conformaram com os termos do Manifesto, enquanto outros duvidaram de sua autenticidade”, embora parte dos integralistas o tenha apoiado. (CALIL, 2010, p. 83)

Visto que as relações de Vargas com os integralistas foram marcadas por conflitos e negociações voltamos ao questionamento inicial: por que houve a repressão aos integralistas durante o Estado Novo?

O crescimento visível do fascismo na Europa e do Integralismo no Brasil chamou a atenção de Vargas, que passou a ver a AIB como uma ameaça ao seu poder. Como estratégia de centralização do poder e para impedir possíveis tentativas de golpe, a AIB foi proibida pelo Estado Novo, assim como todas as agremiações políticas:

Em seu discurso do Ano-Novo de 1937, “Gegê” (nome que as multidões tinham dado a Getúlio) proibiu todas as bandeiras que não fossem a nacional, todas as músicas e saudações, todos os uniformes e emblemas diferentes que estivessem relacionados a organizações políticas. (ROSE, 2001, p. 155)

Com esta proibição, intensificou-se a repressão à AIB pela polícia política do Estado Novo, marcada pela ambiguidade, também existente nas relações de Vargas com os integralistas e destes com a polícia. No tópico seguinte, através do estudo do caso da repressão ao Integralismo em Itapeverica, analisaremos aspectos desta ambiguidade.

3.2 – O NÚCLEO INTEGRALISTA DE ITAPECERICA

Nas fontes pesquisadas descobrimos alguns dados sobre a AIB em Itapecerica. São dados relevantes, porém salientamos, como já foi dito, que nosso trabalho compreende um primeiro passo para o estudo do Integralismo nesta cidade. Mais informações sobre o núcleo de Itapecerica demandam uma pesquisa maior e em outras fontes. Como nosso foco é a repressão policial a este núcleo, limitamo-nos a pesquisar apenas as fontes do DOPS/MG.

A documentação da pasta nº 4675 *Itapecerica - Integralismo* abrange o período de 01 de dezembro de 1936, ano em que o núcleo foi fundado na cidade, até 08 de junho de 1939, quando ainda havia vigilância sob os integralistas, mesmo após dois anos de fechamento do núcleo. De acordo com a documentação, o fechamento do núcleo se deu em 04 de dezembro de 1937. A partir desta data, materiais integralistas como propagandas, fichas, listas de membros foram apreendidos pela polícia local. Na pasta nº 4675 encontram-se alguns desses materiais apreendidos que nos dão informações relevantes sobre o dito núcleo.

O documento nº 45 refere-se a um ofício de 01 de dezembro de 1936, com orientações do Delegado de Ordem Pública para o Delegado Especial de Itapecerica³⁰, pois aquele estava ciente da fundação de um núcleo integralista na cidade. Dentro destas orientações, o Delegado do DOP, Orlando Moretzsohn, salientou que a fundação de núcleos filiados a partidos, centros, juntas ou agremiações de existência não proibida era assegurada e que estes núcleos poderiam manifestar-se sem subverter a ordem política e social. Para legitimar esta informação, ele citou as leis de exceção: decreto nº 702 prorrogado sucessivamente pelos decretos nº 915 e 1100.³¹

Portanto, a fundação do núcleo integralista em Itapecerica era permitida, porém este deveria sempre ser vigiado pela polícia, segundo o Delegado Moretzsohn:

Se, entretanto, durante as reuniões, que podem e devem ser fiscalizadas pela polícia, for incitada a prática de crimes contra a ordem política ou social, caberá a autoridade processar os responsáveis, lavrando o respectivo flagrante de acordo com o código do processo penal. (Pasta nº 4675, Doc. nº 45)

³⁰ De acordo com a análise das fontes, concluímos que o delegado especial era responsável pela ordem pública no município.

³¹ O decreto nº 702, de 21 de março de 1936 estabeleceu o estado de Guerra no país, que restringia os direitos de manifestação livre e de reunião. Os decretos nº 915, de 19 de junho de 1936 e 1100, de 19 de setembro de 1936 prorrogaram o decreto nº 702. (Fonte: www.camara.gov.br Acesso em: 09/01/2014).

Percebemos então, que mesmo antes do endurecimento da Lei de Segurança Nacional durante o Estado Novo, os núcleos da AIB eram passíveis de vigilância. Provavelmente, aspectos do imaginário da desordem, como a necessidade de manter a ordem política e social, estavam internalizados nas visões de mundo dos agentes policiais. .

O núcleo integralista de Itapecerica foi fundado então em 01 de dezembro de 1936. Os próprios fundadores tinham ciência das restrições legais; portanto, eles mesmos enviaram um ofício ao Delegado do DOP para que pudessem fundar o núcleo “dentro das exigências da lei” (Pasta nº 4675, doc. nº 44).

Observamos no estudo das fontes, que boa parte do material apreendido refere-se a listas de membros da AIB de Itapecerica que nos revelam um pouco sobre seus militantes. Encontramos documentos que se referem a estas listas, entre elas, uma lista datada de 14 de dezembro de 1938 com o título de *Lamounier*, distrito de Itapecerica (Docs. nº 4 e 5); em outra aparece uma contagem de votos do plebiscito de 1937 feito nos núcleos integralistas de todo o Brasil e que elegeu o candidato à presidência da República pela AIB, Plínio Salgado (Docs. nº 9 e 10). E dentro do caderno *Como se funda um núcleo integralista* há listas de militantes das cidades de Itapecerica, Cláudio, Machado e Ubá (Docs. nº 17-23).

Uma lista está junto ao ofício de 24 de abril de 1937 (Docs. nº 42 e 43) e nela constam nomes de 21 militantes e suas respectivas profissões (ANEXO 1). Entre os 21 militantes enumerados, percebemos que há somente uma mulher, com a profissão de doméstica e apenas dois funcionários públicos. Os demais tinham profissões variadas como dentistas, comerciantes, lavradores, padeiros, carpinteiros, entre outras, o que mostra que o núcleo integralista de Itapecerica pode ter arregimentado pessoas principalmente da classe média. Conforme Chauí (1978), o discurso integralista era destinado a esta classe, que viu na proposta dos camisas-verdes a oportunidade de ajustar-se à política. (CHAUÍ, 1978, p. 49-76)

A fim de sabermos mais sobre a Ação Integralista Brasileira em Itapecerica, utilizaremos como fonte secundária um conto literário escrito pelo senhor Roberto Duarte Gomides, itapecericano já falecido, que provavelmente foi baseado em suas memórias de infância sobre os integralistas da cidade.

O conto faz parte do livro “Treze Contos Pitorescos”, escrito pelo senhor Roberto, um contador de causos de Itapecerica, que utilizava sua imaginação para criar personagens e histórias, e suas memórias para contar as histórias de figuras pitorescas que viveram em Itapecerica, como o seu Regino, principal personagem do conto “Integralista por acaso”

(GOMIDES, 2010, p. 32). Nesta história, o seu Regino ganhou umas camisas verdes de ex-integralistas e os moleques passaram a insultá-lo chamando-o de integralista. Em uma confusão com um moleque, seu Regino foi chamado para comparecer à delegacia e aconselhado pelo delegado a não usar as tais camisas, porque os integralistas eram “considerados traidores da pátria” e se ele insistisse em usar seria preso. Citaremos aqui um trecho deste conto, em que o senhor Roberto descreve como eram os integralistas de Itapecerica:

O Brasil, como sempre, com o seu espírito de imitação, havia, fundado o partido integralista. O intelectual Plínio Salgado tinha arregimentado vários companheiros formando o partido integralista, cuja doutrina era inspirada no neofascismo. Semearam a semente por todos os recantos do país. Itapecerica não fugiu à regra e teve seus adeptos, cujo número foi crescendo. Éramos sempre visitados pelos líderes do partido, cuja oratória era encantadora. A molecada participava ativamente dos comícios como se entendessem do assunto. Entretanto, a atração eram as camisas verdes bem confeccionadas e a maneira deles se cumprimentarem, levantando o braço direito dizendo a palavra desconhecida “anauê”. Perfeita imitação dos nazistas que diziam “Heil Hitler”. Com o decorrer do tempo e o número consequente dos integralistas na cidade, os militantes do partido desfilavam uniformizados pelas ruas, com toda elegância, cumprimentando uns aos outros com o clássico “anauê”. A molecada, como sempre, insubordinada, partiu para a gozação. Seguiam os integralistas e quando se cumprimentavam entravam em ação. Quando diziam em bom som anauê, um dos moleques respondia: - Abre as pernas pra corrê!!! Outro concluía: levanta a saia que eu quero vê!!! A chacota causava grande desgosto aos militantes do partido. (GOMIDES, 2010, p. 33-34)

Em seguida, o autor descreve o golpe do Estado Novo e menciona que após o fechamento dos partidos os integralistas foram perseguidos, e, com medo, “procuraram dar cabo nas camisas verdes”. Neste contexto, o preto velho Regino, um dos tipos comuns das ruas de Itapecerica, ganhou várias camisas verdes e daí surgiu a confusão narrada no conto.

Utilizamos este conto como um documento que contém uma narrativa construída com base na experiência de vida e nas memórias do autor, que exemplifica e ilustra uma forma de representação dos integralistas por um cidadão de Itapecerica. A história narrada pelo senhor Roberto não é um espelho da realidade da década de 1930, mas foi produzida através da orientação dada pela estrutura social, pelos valores, pelas convicções políticas e culturais do autor. O senhor Roberto certamente foi impulsionado por sua memória afetiva, ao ambientar o conto na cidade em que vivia e falar diretamente de personagens que, se ele não conheceu, ouviu os causos contados por seus conterrâneos e reproduziu-os à sua maneira. Temos então a relação da literatura com a história: “O discurso literário resulta de uma reflexão e se constitui em uma mediação social, tal como o discurso histórico. Daí ser possível através das técnicas

de expressão literária tais como os modos de narrar e construir pontos de vista, poder-se revelar a história.” (SANTOS, 2007, p.6).

Através deste texto literário vimos que, possivelmente, para alguns moradores de Itapecerica, os integralistas encantavam com seus discursos, seus comícios eram movimentados e levavam à participação de pessoas que poderiam nem entender direito o que se passava, como a molecada da época. A saudação e os uniformes integralistas também chamavam a atenção das pessoas. Como foi abordado no primeiro capítulo do trabalho, o discurso, os símbolos e ritos integralistas eram persuasivos e bombásticos, o que pode explicar, até certo ponto, o sucesso do movimento em arregimentar adeptos. Além disso, o autor narra que, com o tempo, o movimento consolidou-se na cidade e vieram os desfiles, nos quais, a molecada, tradicionalmente debochada, aproveitava para zombar dos “camisas verdes”.

Com esta visão sobre os integralistas apresentada no conto, construída possivelmente com base na experiência de vida e valores do autor, podemos imaginar que eles chamavam a atenção dos itapecericanos devido às camisas verdes e aos desfiles e comícios. Enquanto alguns poderiam se encantar com tudo isso, outros, assim como os moleques citados no conto, zombavam e repudiavam os elementos integralistas. Aqui podemos entender o repúdio e a zombaria como uma possibilidade de repressão social e normatização de condutas. O que os integralistas faziam poderiam desagradar parcelas da sociedade pelo fato de se diferenciarem da ordem estabelecida.

3.3 – A REPRESSÃO POLICIAL À AIB EM ITAPECERICA E AS REPRESENTAÇÕES SOBRE O INTEGRALISMO

A Ação Integralista Brasileira, é Sociedade Civil devidamente inscrita, e como PARTIDO POLÍTICO COM ÂMBITO NACIONAL, está registrada no Tribunal Superior de Justiça Eleitoral e em todos os Tribunais Regionais. Os Integralistas, podem, portanto, usar livremente a sua gloriosa camiza-verde [sic], e o Sigma; podem fazer a sua propaganda em recintos fechados e logares [sic] públicos: nenhuma Lei o proíbe, a Constituição o garante e a Magistratura Nacional confirma esse direito, defendendo os adetos [sic] do Sigma de violências policiais. (Pasta 4675, Doc. nº 17)

O trecho que inicia este tópico encontra-se na contra capa do caderno *Como se funda um núcleo integralista*, mencionado anteriormente. Nota-se uma espécie de justificativa para que os integralistas ficassem livres da repressão policial. Entretanto, a própria produção de documentação do DOPS sobre os integralistas nos mostra, ao lado do que já abordamos no trabalho, que houve repressão à AIB por parte da polícia política estadual e municipal.

Passaremos então para a análise de alguns documentos da Pasta nº 4675 que podem nos dar uma melhor dimensão das relações da polícia com o núcleo integralista de Itapecerica, das maneiras de repressão e das possíveis representações construídas com base nestas relações.

Primeiramente vejamos dois documentos referentes a solicitações feitas pelo núcleo integralista de Itapecerica à Delegacia de Ordem Pública da capital e à Delegacia de Polícia da cidade, que exemplificam a preocupação do núcleo de estar em conformidade com a lei.

Em 03 de abril de 1937, o Delegado de Costumes e Jogos, pelo Delegado de Ordem Pública, enviou um telegrama ao Delegado de Itapecerica informando que autorizou Afonso Santos, que chefiava uma caravana integralista, a realizar sessões doutrinárias “em recinto fechado hoje e amanhã”. Dias depois, em 24 de abril de 1937, o Delegado de Ordem Pública, enviou outra correspondência ao delegado da cidade, que reforçava a anterior: foi dada a permissão para que a AIB realizasse conferências de propaganda na cidade, porém nos termos da Lei de Segurança Nacional. No final desta correspondência, há a seguinte observação: “O pedido que motivou este está em Sete Lagoas – Integralismo”, porém não encontramos o dito pedido (Pasta nº 4675, docs. nº 42 e 43).

Outro exemplo que indica a preocupação dos integralistas itapecericanos com a lei é uma correspondência enviada pelo advogado da AIB, Antônio Lobato Ribeiro de Castro, ao Delegado de Ordem Pública, em 10 de agosto de 1937. O advogado comunica e solicita aprovação do delegado do DOPS sobre a realização de um comício integralista em Itapecerica no dia 14 do corrente e em Oliveira no dia 15. Solicita também que tais fatos fossem comunicados aos delegados das respectivas cidades. A forma como os comícios seriam realizados é detalhada pelo advogado:

Em Itapecerica o comício será à noite (14), na praça principal, denominada Praça do Jardim. Em Oliveira também à noite (15), na praça principal de nome Praça 15 de novembro. Em ambos os comícios serão instalados ampliadores de voz e alto falantes. (Em Oliveira os oradores ocuparão as janelas do sobrado onde se encontra instalada a sua sede). (Pasta nº 4675, doc. nº 36)

A resposta do Delegado de Ordem Pública para esta solicitação foi feita no dia seguinte (11 de agosto de 1937) ao delegado de Itapecerica. Na correspondência é mencionado que o comício de propaganda política seria realizado e que o fato fora levado ao conhecimento do delegado para “os devidos fins” (Pasta nº 4675, doc. nº 35).

Os dois fatos observados nestes dois documentos, sobre a realização de sessões doutrinárias em recinto fechado e a realização de comício em praça pública, nos levantam o seguinte apontamento: no primeiro fato, o delegado de Ordem Pública reforçou que as reuniões deveriam ser em recinto fechado, conforme a Lei de Segurança Nacional. No segundo fato, nota-se a liberação para realização de comícios em praça pública, porém, com o intermédio de um advogado em nome da AIB. Verifica-se uma ambiguidade no cumprimento da lei, provavelmente pautada na facilidade de se dar mais permissão aos integralistas porque estes apoiavam o Estado Novo. E ao mesmo tempo, nota-se a vigilância sob os integralistas e a preocupação deles em cumprir a legislação para obter o apoio do Estado, ao solicitarem permissão para a realização de suas atividades.

Em uma correspondência de 11 de junho de 1937, o delegado especial de Itapecerica, Tenente Coronel Arthur Tavares Corrêa, comunicou ao Delegado de Ordem Pública, Orlando Morethzon, que aconselhou o chefe municipal dos integralistas de que não era conveniente a ida dele ao distrito do Camacho para fazer propaganda. Logo no início, ele diz que o subdelegado local comunicou-lhe que a ida dos integralistas no dito local alteraria a ordem. Posteriormente, ele aborda o problema da falta de guardas municipais na cidade e do desarmamento dos guardas civis e que, portanto, não poderia “garantir a ida do citado núcleo naquele distrito” (Pasta nº 4675, doc. nº 37), pois, os guardas civis deveriam acompanhar os integralistas para vigiá-los.

A guarda municipal foi criada em Itapecerica através do decreto de 10 de julho de 1932 e era conhecida como *bate-paus*, pois os guardas eram armados apenas com porretes. (GONDIM, 2007). Segundo dados que encontramos no *Memorial do Legislativo de Itapecerica*, naquele ano, a cidade estava com o policiamento deficiente, pois a polícia militar estava em São Paulo para combater a Revolução Constitucionalista. Conforme indicou a correspondência em questão, em 1937 ainda havia este problema do desarmamento dos guardas municipais, o que impediu a escolta da caravana integralista.

O delegado especial prosseguiu então com as seguintes informações para o Delegado de Ordem Pública:

De tudo, combinei com o chefe integralista d'aqui, que até agradeceu-me o modo sensato de autoridade.

Sei que os integralistas tem pedido registrado e podem propagar suas ideias tudo de acordo com as recomendações do ofício nº 2971 de 24 de abril de 1937, dessa delegacia, que cumpro religiosamente.

Outrossim declaro-vos que aqui não existem integralistas, tem um chefe dentista, almofadinha, meia dúzia de pretas [sic] bagageiras³², de camisa verde e uns seis menores de 14 anos conforme já tive ocasião de assistir suas sessões a convite. Acredito que só três pessoas idôneas fazem parte aqui do integralismo. (Pasta nº 4675, doc. nº 37/38)

As expressões “combinei com o chefe integralista” e “agradeceu-me o modo sensato de autoridade” no início do trecho aparenta um acordo existente entre os integralistas e a delegacia especial. Isso pode indicar uma possível relação não conflituosa entre o delegado especial e os integralistas. Além disso, o delegado declarou “que aqui não existem integralistas” e que “só três pessoas idôneas fazem parte aqui do integralismo”. Aqui ele reforçou o não envolvimento da delegacia com o Integralismo e a falta de idoneidade de seus militantes, o que justificava a necessidade de vigilância. Mas a forma como o delegado descreveu alguns militantes integralistas: “chefe dentista almofadinha, seis menores de 14 anos”, como pessoas de certa forma inofensivas, poderia amenizar a ideia ameaçadora que se dava em geral, aos integralistas. Percebe-se então a contradição do delegado, que talvez não considerasse os integralistas como perigosos, mas que ao mesmo tempo deveria cumprir “religiosamente” as recomendações da Delegacia de Ordem Pública de manter os integralistas vigiados. O inimigo subjetivo representava uma ameaça, pelo fato de estar ativo na sociedade e de se diferenciar da ordem proposta pelo governo.

A documentação referente ao fechamento do núcleo também nos mostra uma possível representação de outro delegado sobre os integralistas. O delegado de polícia José Augusto de Oliveira enviou uma correspondência ao Major Ernesto Dornelles, chefe de polícia, em 06 de dezembro de 1937, comunicando que cumpriu as ordens emitidas através de telegrama, de fechar o núcleo integralista. No final da correspondência, o delegado acrescentou: “Aproveito ao ensejo para congratular-me com V.Excia. pelo ato do grande e benemérito presidente Dr. Getúlio Vargas, outorgando a nova Constituição, para a salvação de nosso querido Brasil.” (Pasta nº 4675, doc. nº 31). Aqui, o delegado parece satisfeito com a implantação do Estado Novo, pois o novo regime seria a salvação para a desordem que havia no país. Neste sentido,

³² O termo “bagageiras”, aqui empregado, pode referir-se a pessoas de baixa classe, chamadas também como “ralé”, conforme o dicionário de português. Fonte: www.dicio.com.br.

na visão do delegado, os integralistas representariam, assim como outros grupos políticos, um movimento subversor da ordem.

Dias depois, uma ordem para a apreensão do material integralista foi enviada ao delegado especial de Itapecerica, Tenente Idelfonso Lourenço Ribeiro, que cumpriu e comunicou sete dias depois ao Delegado de Ordem Pública: “(...) arrecadei e depusitei nesta delegacia cartazes (sic) de propaganda integralista que se encontrava no prédio onde funcionava o núcleo desta cidade e que fiz a entrega das chaves do aludido prédio ao Sr. Anésio Carneiro Sobrinho.” (Pasta nº 4675, doc. nº 29). Porém, somente em 07 de maio de 1938, foi enviado ao DOP vasto material apreendido, como bandeiras, fichas de registro de militantes, jornais, cartas, retrato de Plínio Salgado, folhetos e outros impressos. (Pasta nº 4675, docs. nº 7, 8). Aqui nota-se a preocupação da delegacia local para cumprir as ordens da Delegacia de Ordem Pública e a ausência de resistência por parte dos integralistas. Após o trancamento do prédio, as chaves foram entregues ao chefe integralista. Provavelmente, se houvesse resistência, esta seria citada na correspondência.

Geralmente, para um cidadão da época, era importante comprovar que não militava no movimento integralista. O conto literário sobre o velho Regino remeteu a esta situação, quando ele colocou fogo nas camisas verdes aconselhado pelo delegado, com medo de ser preso. Isso poderia ser fruto da representação que considerava os integralistas como subversores da ordem, e ser apontado como um deles seria algo arriscado. Na pasta nº 4675 encontramos um conjunto composto por três documentos (Docs. nº 14, 15 e 16) que envolvem um pedido de atestado de bons antecedentes, causado provavelmente pela confusão entre dois nomes parecidos.

Há um bilhete com características informais, sem data e sem assinatura, relatando que Carlos Vieira Gomes Neves pretendia atestado de bons antecedentes políticos, pois seu nome constava como Carlos Neves, coordenador do núcleo integralista. (Doc. nº 16); um ofício do delegado Morethzon ao delegado de Itapecerica para que verificasse se Carlos Neves e Carlos Vieira Gomes Neves eram as mesmas pessoas (Doc. nº 15); e por fim o atestado de próprio punho do prefeito de Itapecerica, Carlos Motta Machado, confirmando que Carlos Vieira Gomes Neves nunca fora integralista, e que era “ótimo pai de família, cidadão ordeiro, respeitador das leis e dos bons costumes” (Doc. nº 14) entre outros adjetivos, que, na visão do prefeito melhor qualificariam um cidadão não envolvido com o Integralismo.

Havia também a preocupação da delegacia com os funcionários públicos que eram integralistas. O documento nº 33/34 é um ofício de 30 de agosto de 1937 que foi enviado pelo delegado especial de Itapecerica para o DOPS e informava sobre cinco funcionários públicos integralistas, entre eles um carteiro que aplicava em todas as cartas o selo integralista. O delegado encerrou assim o ofício: “Os integralistas deste município, isto é, os que fazem parte da presente relação por serem empregados públicos, federais e estaduais, têm tido atuação desenvolvida francamente ostensiva.” (Pasta nº 4675, Docs. nº 33/34) Além de denunciar quem eram os funcionários públicos integralistas, o delegado enfatizou que eles atuavam de maneira evidente. Porém, na documentação, não há o que aconteceu com estes integralistas.

O boletim *Um manifesto do Sr. Plínio Salgado*, já mencionado no trabalho, foi transcrito e distribuído pelo ex-chefe integralista Anésio Carneiro Sobrinho em 18 de maio de 1939. Como já foi analisado, além de demonstrar o desejo de cooperação de Plínio Salgado com o governo Vargas, o boletim representa que mesmo após o fechamento da AIB em 1937 os integralistas tentaram se manter em atividade. Neste caso, mesmo prestando apoio a Vargas, o boletim foi enviado ao DOPS pelo delegado de polícia de Itapecerica, o que mostra que a repressão aos integralistas também permaneceu:

(...) um boletim de propaganda integralista assinado e distribuído neste município pelo indivíduo Anésio Carneiro Sobrinho, que ainda continua implantar o terror aqui.

Aguardo pois, instruções urgente [sic] de V. Excia., no sentido de poder agir contra taes [sic] perturbadores da ordem pública. (Pasta nº 4675, docs. nº 12, 13)

É importante observarmos que os adjetivos empregados: “terror” e “perturbadores da ordem pública”, qualificam os integralistas como inimigos, assim como eram os comunistas. Porém, estes últimos, eram os “inimigos objetivos” (SILVA, 2008), efetivamente combatidos, enquanto que, conforme analisamos nas fontes, os integralistas, eram passíveis de vigilância por representarem uma possível ameaça. Ameaça esta que não fica claramente explícita nas trocas de correspondências.

Entendemos que, mesmo sendo apoiadores do governo Vargas e compartilharem ambos de visões semelhantes, os integralistas, por mobilizarem muitas pessoas, despertaram o receio das autoridades que acharam conveniente proibi-lo. Mas, ao mesmo tempo, as relações cordiais entre os integralistas de Itapecerica e os delegados, mostram que, talvez o

Integralismo não fosse tão ameaçador para estes, e que negociações eram possíveis nos momentos de execução das ordens legais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da documentação do DOPS/MG sobre o núcleo integralista de Itapecerica nos permitiu estudar o imaginário da desordem existente naquela época e as representações produzidas pelas delegacias de Itapecerica com relação aos integralistas. O conto literário “Integralista por acaso”, escrito pelo itapecericano Roberto Gomides, nos mostrou possíveis visões construídas pelos moradores da cidade sobre os integralistas. Reforçamos que tanto o conceito de representações como de imaginários são utilizados para trabalhar as dimensões subjetivas da vida, portanto, buscamos compreender através das fontes, diferentes visões, ideias e pensamentos que seriam possíveis naquele contexto e com relação ao movimento integralista. Ambos os conceitos foram de extrema importância para os questionamentos que conduziram nossa pesquisa: houve repressão aos integralistas em Itapecerica? Quais as representações da delegacia de polícia local com relação aos integralistas? Segundo as delegacias, a AIB representava uma ameaça à ordem pública? Como a população da cidade em geral via os integralistas?

Com relação às delegacias, percebemos que foram mencionadas três delegacias diferentes nas fontes: a Delegacia de Ordem Pública, sediada na capital Belo Horizonte; a Delegacia de Polícia de Itapecerica, que investigava crimes em geral; e a Delegacia Especial e de Costumes e Jogos de Itapecerica, responsável, assim como a primeira, pela manutenção da ordem pública. Na análise das fontes percebemos que as delegacias locais tinham representações comuns sobre a AIB na cidade. Segundo Giselda Brito Silva, que estudou a repressão aos integralistas em Pernambuco:

Outro fato a refletir, em torno da construção dessas fontes, é o efeito das várias posições ideológicas reproduzidas nos investigadores quanto a quem era o *inimigo perigoso*. Inicialmente, eles foram treinados para ver, nos comunistas, o inimigo principal, sendo os integralistas, para esses investigadores, um grupo que, por se posicionar dentro de um discurso anticomunista e em defesa da ordem, não constituía um *inimigo objetivo*. As informações desses investigadores se confundem com as de outros investigadores, para os quais integralistas e comunistas eram ambos suspeitos de ameaça e desordem. (SILVA, 2008, p. 328, grifos da autora)

Identificamos, então, a ambiguidade como uma característica das representações das delegacias locais sobre o Integralismo. Ou seja, ao mesmo tempo em que os integralistas eram vigiados e reprimidos pela polícia, em cumprimento às ordens do DOPS, nas

correspondências analisadas nota-se certa amenidade – como vimos nos documentos referentes ao fechamento do núcleo e à descrição sobre os integralistas feita pelo delegado em outra correspondência (Docs. nº 37, 38), que se referia aos integralistas como cumpridores da lei. É importante salientar que a produção de documentação sobre os integralistas de Itapeverica ocorreu antes e a partir da implantação do Estado Novo. Ou seja, antes da criação do Tribunal de Segurança Nacional, os grupos considerados ameaçadores da ordem pelo governo central já eram vigiados pela polícia.

Observamos também as ausências na documentação. Nos períodos entre dezembro de 1936 e início de abril de 1937 e entre agosto e novembro de 1937 não encontramos registros de documentação produzida. Isso pode representar certo desligamento das delegacias, que não se preocupou em vigiar os integralistas neste período, ou então tal documentação foi perdida. Ainda com relação às ausências, não encontramos registros de violência física, de prisões e de resistência por parte dos integralistas. Além de uma possível perda de documentação, esta ausência pode caracterizar uma repressão feita de maneira mais tênue, como já indicaram alguns autores: “(...) os integralistas, que sempre contaram com a conivência do governo e das autoridades policiais (...)” (DUTRA, 2010, p. 242). “Diferentemente do empenho em caçar esquerdistas, não houve uma caçada humana equivalente com a finalidade de pegar os seguidores de Plínio Salgado.” (ROSE, 2001, p. 168).

Esta repressão mais branda feita aos integralistas de Itapeverica pode ser explicada pelo alinhamento destes com o governo Vargas e pela própria dinâmica política da cidade, marcada, como vimos, por relações de parentesco e amizade. Os militantes integralistas certamente construíram relações das mais diversas com os demais cidadãos itapevericanos e com os delegados de polícia. Conforme consta na lista de militantes integralistas (ANEXO 1) e suas respectivas ocupações, a maioria deles não era funcionário público, mas de profissionais liberais e comerciantes. Mas o fato da cidade ser de pequeno porte poderia facilitar a construção de relações pessoais dessas pessoas que, seguramente eram francamente conhecidas de toda a população, também marcadas por influências familiares e pelo poder clientelista e mandonista existentes na cidade.

Portanto, a repressão não violenta aos integralistas de Itapeverica pode ser fruto de relações construídas com base na colaboração entre as partes. Aqui, assim como afirmou Giselda Brito sobre o caso de Pernambuco, apontamos para a complexidade do tema:

(...) ao longo de suas atividades, os integralistas enfrentaram muitos problemas e foram, em vários momentos, definidos como *inimigos* do regime, com casos de

desordem pública destacados no discurso de legitimidade do governo para justificar a repressão à esquerda e à direita. Essa repressão policial aos integralistas em Pernambuco na Era Vargas constitui, assim, um estudo de ampla complexidade. Trata-se de um grupo apontado pela historiografia brasileira como aliado daquele governo na luta anticomunista, na implantação de um golpe de Estado, mas, que lidos pelos arquivos e documentos policiais, têm-se uma outra história sobre seu lugar na Era Vargas. (SILVA, 2008, p. 336, grifo da autora)

Concluimos que as representações das delegacias de polícia locais sobre o núcleo municipal da AIB e seus militantes, identificadas com base na análise das fontes, correspondem com o imaginário da desordem que existia durante o período em questão. Este imaginário, conforme caracterizamos no decorrer do trabalho, considerava a década de 1930 como um período de crise e desordem, que seria solucionado através do fortalecimento da autoridade do governo central. Fortalecimento que se deu através de medidas políticas legais e administrativas adotadas com o intuito de restaurar a ordem. É importante pontuar que não consideramos apenas este imaginário presente naquela época, mas que havia diferentes apropriações e reproduções de diversos imaginários. Nesta pesquisa trabalhamos especificamente com o imaginário da desordem, como uma das visões de mundo que fizeram parte daquele momento.

Neste sentido, as delegacias de polícia de Itapeverica seguiam o foco do Estado Novo ao reprimirem os movimentos considerados inimigos do regime e da ordem pública: o comunismo – considerado o grande inimigo – e o integralismo, que ao obter grande alcance nacional tornou-se um inimigo em potencial. Portanto, para as delegacias de Itapeverica, o integralismo representava uma ameaça à ordem pública, conforme declarado nos documentos nº 12, 13, 31, 33 e 34, analisados no decorrer do trabalho.

A repressão aos integralistas de Itapeverica foi feita através da vigilância de suas atividades e do repasse de tais informações ao DOPS por meio de correspondências. Aqui podemos dizer que o imaginário da desordem presente na época contribuiu, entre outros aspectos para a construção das representações. A visão de que o país passava por um momento de desordem, causado pelos comunistas e por outros grupos subversivos foi internalizada pelos agentes policiais, que deveriam cumprir sistematicamente as ordens que lhes eram estabelecidas. Entretanto, registros de prisões, conflitos e violência não foram identificados nas fontes pesquisadas, o que pode indicar relações de colaboração entre integralistas e polícia devido à dinâmica política da cidade de Itapeverica baseada em relações sociais de amizade e parentesco. Neste caso, as relações de colaboração entre integralistas e

delegacias de polícia contribuíram para a construção de outra representação: de que a AIB não era uma grande ameaça à ordem pública, pois seus membros andavam em conformidade com a lei e seguiam as ordens das delegacias sem resistência.

Anexo 1

Documento nº 41, Pasta nº 4675 *Itapecerica - Integralismo.*

RELAÇÃO DOS INTEGRALISTAS PERTENCENTES AO NÚCLEO DE ITAPECERICA

Nomes	Profissão
1 Anesio Carneiro Sobrinho	Dentista
2 Aristides Beirigo	Dentista
3 José Pereira Borges	Barbeiro
4 José Candido Medeiros	Proprietário de Bar
5 Luiz Mosqueira de Melo	Escrivão Collectoria Estadoal
6 Pedro Carlos Pereira	Padeiro
7 Jurdelino Martins dos Santos	Lavrador
8 Joaquim Martins dos Santos	Lavrador
9 Gumercindo Cunha	Chauffer
10 Josué Toledo	Folheiro
11 Indi Fonseca	Ambulante (Commerciante)
12 Sebastião Rodrigues de Oliveira	Funcionário dos Correios
13 Dimas Pires	?
14 José Corrêa	Gerente do Hotel Central
15 José Julião Santos	Carpinteiro
16 Joaquim Henrique	?
17 Maria das Dôres (Vulgo Pilanga)	Doméstica
18 José Claudino	?
19 Nemesio Calazance	?
20 Milton de Souza Sills	?
21 Garibaldi José dos Santos	Ex-commerciante

Itapecerica, 26 – 4 – 37

Cel. Manoel Neves

Ao Sr. Delegado de Ordem Pública

Referências bibliográficas

ABREU, Alzira et alii. (orgs.) **Dicionário histórico biográfico brasileiro: pós 1930**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001, p. 5204.

Álbum Chorographico do Estado de Minas Geraes, 1927, Edição Eletrônica disponível no site www.albumchorographico1927. Acesso em: 09 de janeiro de 2014.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. Fronteira e instituição de capelas nas Minas, América Portuguesa. **América Latina en la História Económica**, n. 35, p. 273-296, enero-junio de 2011.

AQUINO, Leila Cordeiro de. A forte presença da família no coronelismo: algumas observações sobre oposição e situação nos municípios mineiros. In: **Anais do XVIII Encontro Regional (ANPUH-MG)** 24 a 27 de julho de 2012, Mariana-MG.

AZEVEDO, Flavia Lemos Mota de; FONSECA; Gustavo Oliveira. Cultura local, identidade e patrimônio: uma análise da cidade mineira de Itapecerica. In: AZEVEDO, Flavia Lemos Mota de; PIRES, João Ricardo Ferreira; CATÃO, Leandro Pena. (org.) **Cidadania, memória e patrimônio**: as dimensões do museu no cenário atual. Belo Horizonte: Crisálida, 2009. P. 117-128.

BACZKO, Bronislaw. **A imaginação social**. In: Leach, Edmund et Ali. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 296-332.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história**: especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004.

BARROS, José D'Assunção. História política, discurso e imaginário: aspectos de uma interface. **Sæculum** – Revista de História, n. 12, João Pessoa, jan./ jun. 2005, p. 128-141.

BARROS, José D'Assunção. História, região e espacialidade. **Revista de História Regional**. p. 95-129, Verão, 2005.

BERTONHA, João Fábio. **Bibliografia orientativa sobre o Integralismo (1932-2007)**. Jaboticabal, São Paulo: Funep, 2010.

CALIL, Gilberto. Os integralistas frente ao Estado Novo: euforia, decepção e subordinação. **Locus**: Revista de História, Juiz de Fora, v. 30, n.1, p. 65-86, 2010.

CARONE, Edgard. **O Estado Novo (1937-1945)**. 5ed, Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília Almeida Neves. (org.) **O Brasil Republicano**: O tempo do nacional estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Volume 2, p. 107-143.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CARVALHO, Orlando M. Os partidos políticos em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 100, p. 11-28, jan./jun. 2010.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Integralismo**: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil. Bauru, São Paulo: Edusc, 1999.

CHALHOUB, Sidney. Introdução: Zé Galego, Paschoal e Júlia. In: **Trabalho, lar e botequim**: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001, p. 23-57.

CHARTIER, Roger. Introdução geral; História intelectual e História das mentalidades; O mundo como representação. In: **À Beira da Falésia**: A História entre certezas e inquietude. Tradução Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora da Universidade; UFRGS, 2002. p. 7-80.

CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In: CHAUÍ, Marilena. FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978, p. 31-149.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. **O ardil totalitário**: imaginário político no Brasil dos anos 30. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

FABER, Marcos. **História dos Partidos Políticos no Brasil**. 1ª edição, Setembro de 2010. Disponível em: <<[http: www.historialivre.com](http://www.historialivre.com)>> Acesso em: 08 de agosto de 2013.

FALCON, Francisco J. Calazans. História e representação. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir. (orgs.) **Representações**: contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papyrus, 2000.p. 41-79.

GERTZ, René E. **Fascismo à brasileira**. 09/09/2007. <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/fascismo-a-brasileira>. Acesso em: 14 de abril de 2014.

GOMIDES, Roberto Duarte. **Treze Contos Pitorescos**. Itapecerica, [s.n.], 2010.

GONDIM, Carlos A. **Memorial do Legislativo de Itapecerica**. Itapecerica, [s.n.], 2007.

KUSCHNIR, Karina. CARNEIRO, Leandro Piquet. (1999) As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 227-250.

KUSHNIR, Beatriz. Decifrando as astúcias do mal. In: **Dossiê – Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 01, jan.-jun. 2006, p. 40-51.

LEONEL, Guilherme Guimarães. “Abre as Porta da Igreja que nós queremos entrar”: Estratégias de resistência e perspectivas de coerção, controle e tolerância às festas do Reinado em Divinópolis. In: Entre a cruz e os tambores: conflitos e tensões nas Festas do Reinado (Divinópolis - M.G.). Dissertação de mestrado. PUC Minas, 2009, p. 72-85.

MAIO, Marcos Chor. CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (org.) **O Brasil Republicano: O tempo do nacional estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Volume 2. p. 39-62

OLIVEIRA, Rodrigo Santos. A evolução dos estudos sobre o Integralismo. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, Porto Alegre, v. 36, n. 1, 2010, p. 118-138.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

REGIS, João Rameris. Integralismo e coronelismo: interfaces da dinâmica política no interior do Ceará (1932-1937). In: **Anais do XII Encontro Estadual de História do Ceará**. 21 a 25 de junho de 2010.

ROSE, R. S. **Uma das coisas esquecidas** – Getúlio Vargas e controle social no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SANTANA, Emerson Nogueira. “Camisas verdes em marcha no solo mineiro”. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. v. 42, n. 1, p. 85-94, 2006.

SANTOS, Zeloí Aparecida Martins dos. História e literatura: uma relação possível. In: **Revista Científica da Faculdade de Artes do Paraná**. v. 2, jan.-dez., 2007, p. 1-11.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **O Brasil vai à guerra: O processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. Editora Manole, 2003. p. 97-108.

SERBENA, Carlos Augusto. Imaginário, ideologia e representação social. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar de Ciências Humanas**. UFSC, n. 52, dez. 2003, p. 1-11.

SILVA, Giselda Brito. Como pude apurar a repressão ao integralismo em Pernambuco? **História: Questões & Debates**. Curitiba, n. 48/49, p. 323-341, 2008.

SILVA, Helenice Rodrigues da. A História como “A representação do passado”: a nova abordagem da historiografia francesa. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir. (orgs.) **Representações: contribuição a um debate transdisciplinar**. Campinas: Papirus, 2000, p. 81-97.

TRINDADE, Héglio. **Integralismo. O fascismo brasileiro da década de 30**. Porto Alegre: DIFEL/UFRGS, 1974.